

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 31-3-2021.

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Reginete Bispo. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Karen Santos, Moisés Barboza e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 072/21 (Processo nº 0234/21), de autoria de Cláudia Araújo; o Projeto de Lei do Legislativo nº 001/21 (Processo nº 0005/21), de autoria de Fernanda Barth e Hamilton Sossmeier; o Projeto de Lei do Legislativo nº 049/21 (Processo nº 0163/21), de autoria de Jessé Sangalli; o Projeto de Lei do Legislativo nº 030/21 (Processo nº 0102/21), de autoria de Leonel Radde. Também, foi apregoada representação de Comandante Nádia, Fernanda Barth e Pablo Melo em face de conduta de Leonel Radde (Processo SEI nº 025.00034/2021-12). Ainda, foram apregoados os seguintes requerimentos, deferidos pelo Presidente, solicitando desarquivamento de proposições: de autoria de Aldacir Oliboni, para o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/17 e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 363/17 e 058/18 (Processos nºs 0459 e 3141/17 e 0673/18, respectivamente); de autoria de Felipe Camozzato, para o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 032/17 e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 277/17 e 078/18 (Processos nºs 1823 e 2540/17 e 0841/18, respectivamente); de autoria de Marcelo Sgarbossa, para os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 026 e 030/13 e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 091, 203, 213, 251, 259 e 270/13 (Processos nºs 1278, 2466, 1094, 1891, 1950, 2162, 2248 e 2344/13, respectivamente), para o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 001/14, os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 006, 007, 025 e 026/14 e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 010, 014, 171, 204, 229 e 248/14 (Processos nºs 2462, 0150, 0804, 2094, 2238, 0215, 1007, 1840, 2165, 2495 e 2735/14, respectivamente), para os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 005, 020 e 021/15 e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 001, 005, 036, 039, 086, 087, 108, 186, 226 e 253/15 (Processos nºs 0503, 1802, 1803, 0072, 0092, 0363, 0391, 1027, 1032, 1223, 1966, 2276 e 2662/15, respectivamente), para o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 004/16, os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 002, 023 e 028/16, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 062, 226, 245, 262 e 264/16 e o Projeto de Resolução nº 002/16 (Processos nºs 2671, 0049, 1006, 2455, 0714, 2308, 2467, 2585,

2595 e 0219/16, respectivamente), para os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 014, 015, 016, 017, 026 e 038/17, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 020, 044, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 142, 150, 162, 204, 241, 247, 271, 276 e 380/17 e o Projeto de Resolução nº 006/17 (Processos nºs 1070, 1073, 1074, 1075, 1626, 2172, 0351, 0552, 1062, 1063, 1065, 1066, 1067, 1068, 1069, 1071, 1072, 1026, 1342, 1427, 1773, 2169, 1854, 2471, 2525, 3233 e 0750/17, respectivamente); de autoria de Moisés Barboza, para o Projeto de Lei do Legislativo nº 184/17 (Processo nº 1581/17). A seguir, por solicitação de Aldacir Oliboni, Pedro Ruas, Márcio Bins Ely, Leonel Radde, Reginete Bispo, Moisés Barboza, Matheus Gomes e Alexandre Bobadra, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Otávio Rodrigues da Silva, Daniel Lenz Corrêa, Francisco Reis, Bruno Rafael de Oliveira Mainardi, Valdomiro Vergueiro, Vera Schneider, Adriana Ferreira e Jorge Lobão Palmas. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Leonel Radde, Pedro Ruas, Jessé Sangalli, Pablo Melo, Fernanda Barth, Daiana Santos, Comandante Nádia, Matheus Gomes, Mônica Leal e Lourdes Sprenger. Às dezesseis horas e dezessete minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 119/21 (Processo nº 0327/21), por trinta e três votos SIM, após ser encaminhado à votação por Mauro Pinheiro, Aldacir Oliboni, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Daiana Santos, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Lourdes Sprenger e Gilson Padeiro, tendo votado Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 120/21 (Processo nº 0328/21), por vinte e seis votos SIM e seis votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Pedro Ruas, Roberto Robaina, Leonel Radde e Alexandre Bobadra, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Reginete Bispo e Não Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Karen Santos, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 106/21 (Processo nº 0256/21), por trinta e dois votos SIM, após ser encaminhado à votação por Pedro Ruas e Moisés Barboza, tendo votado Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica

Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 121/21 (Processo nº 0332/21), por trinta e três votos SIM, tendo votado Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Em Votação, foram aprovados os Requerimentos nºs 025, 069 e 085/21 (Processos nºs 0041, 0141 e 0178/21, respectivamente). Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 091/21 (Processo nº 0193/21), por dezesseis votos SIM e onze votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Leonel Radde, Cassiá Carpes, Felipe Camozzato, Pedro Ruas e Airto Ferronato, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Daiana Santos, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Leonel Radde, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina e Não Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 092/21 (Processo nº 0199/21). Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 096/21 (Processo nº 0209/21), após ser encaminhado à votação por Comandante Nádia e Aldacir Oliboni. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 098/21 (Processo nº 0216/21), após ser encaminhado à votação por Leonel Radde, Airto Ferronato, Hamilton Sossmeier, Psicóloga Tanise Sabino, Fernanda Barth, Ramiro Rosário e Comandante Nádia. Em Votação, foram aprovados os Requerimentos nºs 103, 105 e 109/21 (Processos nºs 0240, 0255 e 0259/21, respectivamente). Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 110/21 (Processo nº 0274/21), por vinte e três votos SIM e dois votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Leonel Radde, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Reginete Bispo e Roberto Robaina e Não Alvoni Medina e José Freitas. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 124/21 (Processo nº 0338/21). Em prosseguimento, foi aprovado requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Às dezoito horas e vinte e três minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely e Comandante Nádia. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos. Cumprimentando as Sras. Vereadoras, os Srs. Vereadores, os assessores e o público que nos assiste de casa. De imediato, convido o nosso diretor legislativo para que proceda à chamada nominal para verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e três Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Daniel Lenz Corrêa, Presidente da Associação Nacional de Fibromiálgicos e Doenças Correlacionadas – Anfibro, falecido, lamentavelmente, em função da Covid-19, um grande lutador, uma pessoa inesquecível nessa área tão importante e tão esquecida por gestores e governantes.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Eu quero me somar à homenagem do Ver. Pedro Ruas e solicitar um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Francisco Carlos Olendzki Reis, tesoureiro titular da Sociedade Porto-Alegrense de Auxílio aos Necessitados – SPAAN, que infelizmente veio a óbito também em função da Covid-19, companheiro do meu Clube de Rotary.

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Otávio Rodrigues da Silva, uma liderança aqui da Lomba do Pinheiro e um grande defensor da cultura tradicionalista que, infelizmente, também perdeu sua vida para a Covid. Somo a esse pedido a homenagem aos inúmeros funcionários municipais que infelizmente perderam a sua vida nesses últimos dias; eu não tenho aqui os nomes deles, mas que infelizmente a Covid os levou.

Vereador Leonel Radde (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Bruno Rafael de Oliveira Mainardi, colega policial, mais uma das vítimas da Covid. Infelizmente só agora, depois de muito tempo, estamos sendo vacinados; então deixo aqui as minhas condolências ao colega.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Eu quero perguntar para o meu amigo Ver. Pedro Ruas, pois eu tenho como Daniel Lenz Faria Corrêa. É a mesma pessoa para quem o senhor está solicitando um minuto de silêncio?

Vereador Pedro Ruas (PSOL): É o mesmo, Ver. Airto Ferronato, ele era o presidente, que, lamentavelmente faleceu, da Anfibro, Associação Nacional de Fibromiálgicos.

Vereador Airto Ferronato (PSB): Sim, ele era médico e trabalhava na Prefeitura.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Um grande lutador.

Vereador Airto Ferronato (PSB): Pelo que eu saiba, faleceu o genro e o sogro dele esta semana.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): É, o Daniel faleceu no sábado. Infelizmente.

Vereador Airto Ferronato (PSB): Mas que barbaridade, eu não estava sabendo. Fica a minha homenagem.

Vereadora Reginete Bispo (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Valdomiro Vergueiro, liderança indígena caingangue importante para a cidade de Porto Alegre, para o Rio Grande do Sul, liderança da comunidade do Morro do Osso, que foi mais uma vítima da Covid-19, como tantos outros milhares de anônimos porto-alegrenses que estão sendo mortos. Então minha homenagem para o Valdomiro, para a comunidade caingangue do Morro do Osso e tantas outras vítimas da Covid aqui da nossa Cidade.

Vereador Moisés Barboza (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da Sra. Vera Schneider.

Vereador Matheus Gomes (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da Sra. Adriana Ferreira, da Estado Maior da Restinga.

Vereador Alexandre Bobadra (PSL) (Requerimento): Sr. Presidente, quero registrar aqui o falecimento do nosso parceiro Jorge Lobão Palmas, da Federação Sindical dos Servidores Públicos no Estado do Rio Grande do Sul – FESSERGS, tinha 66 anos. Em nome da FESSERGS, aqui, na Câmara de Vereadores, as nossas condolências, nossos pesares à família do Jorginho, que nos deixou, vítima da Covid-19.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muitos registros de óbitos, mas, ao mesmo tempo que registramos os óbitos, precisamos registrar também aqueles que estão aniversariando. Então, queria deixar um abraço para o Ver. Claudio Janta, que é o nosso aniversariante do dia, parabéns, que Deus te conceda muita saúde.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, o diretor mencionou uma questão em relação ao Ver. Leonel Radde, mas foi muito rápido, eu não ouvi, gostaria de saber do que se trata.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É uma representação, com fundamento no Código de Ética Parlamentar, dos Vereadores Fernanda Barth, Comandante Nádia e Pablo Melo em relação à determinada conduta do Ver. Leonel Radde.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Essa representação será encaminhada para onde?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Essa representação é exclusiva da Mesa Diretora, que fará o sorteio do relator. O Ver. Leonel Radde será notificado para apresentar a defesa prévia, o relator apresenta um parecer preliminar, depois, tem toda uma outra tramitação.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Bom, eu quero me oferecer, se o Ver. Leonel Radde assim o desejar, e não tiver outro, para ser o seu advogado nisso. Obrigado, não sabia.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras. Hoje é um dia muito triste para a gente lembrar os anos de chumbo, o pior período da história do nosso País. Falo aqui em nome do Partido dos Trabalhadores, do Ver. Aldacir Oliboni, do Ver. Jonas Reis, da Ver.^a Reginete Bispo, da Ver.^a Laura Sito, lembrando todos aqueles que foram torturados e mortos por esse regime sanguinário, covarde e antidemocrático. Já passamos esse período, mas parece que muitos gostam dessa fase que ninguém poderia falar, ninguém poderia se manifestar ou divergir, porque assim funcionava na ditadura militar de 1964. Então, é muito triste que algumas pessoas comemorem, em plena democracia, um período nefasto para a história do nosso País. Aqui fica o nosso reconhecimento a todos aqueles que lutaram pela democracia, como o Sr. Ulisses Guimarães, o Sr. Leonel Brizola, a Dilma Rousseff, e tantos e tantos outros que são responsáveis por hoje nós estarmos aqui debatendo, neste espaço amplo, divergências e convergências, mas num espaço democrático. E não é por acaso que no dia 31 de março, em que umas pessoas

comemoram como um dia especial, tenha chegado, então, à Mesa Diretora uma representação da Ver.^a Fernanda Barth, da Ver.^a Comandante Nádia e do Ver. Pablo Melo, e a argumentação deles se baseia num ato cometido contra o governador do Estado, Eduardo Leite, do PSDB, companheiro dos vereadores Ramiro, Gilson Padeiro e Maluco do Bem. Nessa ação realizada contra o governador do Estado, em que pediam a sua deposição, através de golpe militar, uma da manifestante líder de um grupo de WhatsApp – e que estavam os três vereadores que se incomodaram com a minha fala – fez uma saudação nazista durante essa manifestação. Saudação nazista essa que foi, inclusive, criticada pela Federação Israelita, pela OAB, pela Defensoria Pública, que pede uma reparação na casa dos R\$ 100 mil, mas, nesse grupo de WhatsApp, estavam as vereadores e o vereador que hoje então apresentam esse procedimento, junto à Mesa Diretora, se sentido ofendidos, porque em um vídeo, após eu registrar um Boletim de Ocorrência contra essa manifestante neonazista e que atacou a lei de segurança nacional, que esse parlamentares parecem gostar... Eu fiz esse Boletim de Ocorrência e pedi que esses parlamentares, entre outros, fizessem um pronunciamento e se posicionassem contra a manifestação neonazista dessa manifestante e contra o que estava sendo colocado naquele grupo, que eu estava monitorando, e que faziam acusações e colocavam o Eduardo Leite como alguém que deveria ser deposto através de um golpe militar. Então, eu fico muito tranquilo com esse procedimento e tenho até orgulho, porque não sei a Nádia sabe, se a Fernanda sabe, se o Pablo sabe, mas eu entrei na política por ser perseguido por algumas pessoas que não gostam da democracia. Eu resolvi me candidatar em 2016, quando meu pai estava em coma antes de morrer, morreu intubado inclusive, o meu pai estava em coma e eu estava respondendo procedimentos de pessoas que não entendem sobre democracia, porque eu defendia a minha instituição, os meus colegas da Polícia Civil. Essa é a minha forja, é daí que eu venho. Então, é bom que se deixe claro que eu não tenho medo desse tipo de intimidação e vou continuar cobrando. É bom que toda a Federação Israelita, todos os grupos de direitos humanos, todos os advogados, todas as pessoas que são contra a golpes, todas as pessoas que defendem a democracia, que defendem a igualdade, mesmo na divergência, é bom que se saiba que, dentro da Câmara de Vereadores, existem três vereadores que não sabem lidar com a divergência e com cobranças democráticas. Então, fica aqui o meu desabafo, fica aqui o meu repúdio a esse tipo de política e que não se esqueça para que nunca mais aconteça. Fascistas não passarão! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente. Senhores Vereadores e senhoras Vereadoras, o dia de hoje, há 57 anos, registra um golpe militar no Brasil, militar, civil, midiático, que trouxe 21 anos de um acaso brutal a

nossa Nação e uma marca indelével na história do Brasil, justamente a marca é do desrespeito absoluto aos direitos humanos. Um período em que o Brasil não teve qualquer possibilidade de conhecer e continuar a democracia, um período em que quem divergia do governo central, da linha de direita utilizada pelos militares podia perder o emprego, podia ser cassado se tivesse mandato, podia ser cassado se fosse juiz, se fosse promotor, se fosse delegado de polícia, podia ser expulso do Exército, podia ser preso sem motivo, podia ser torturado, morto, como muitos foram, tenho o nome de quase todos. Presidi a Subcomissão, na Assembleia Legislativa, da Memória, Verdade e Justiça durante o período da ditadura militar, no Rio Grande do Sul, e aqui num grande aparato comandado pelas Forças Armadas, Exército, Marinha e Aeronáutica, englobava, na época, a Polícia Federal, Polícia Civil e Brigada Militar, grupos milicianos, era um inferno, só quem viveu sabe, quem teve parentes e amigos mortos sabe, as pessoas saíam na rua e não voltavam nunca mais, há corpos que jamais apareceram, como, por exemplo, o do pai do atual presidente da OAB nacional, Felipe Santa Cruz, seu pai Fernando Santa Cruz, aos 24 anos, foi preso, levado para a “casa da morte” no Rio de Janeiro, brutalmente torturado, depois morto e seu corpo desaparecido e até hoje... E assim são muito casos, conheço os familiares de mortos e desaparecidos na ditadura. Então, não há como não registrar. E não entendam aqui, os vereadores da direita, os vereadores governistas, enfim, como sendo qualquer provocação, não é. Esse tipo de registro é necessário e importante para a história do Brasil para que nunca mais aconteça, para que não se repita essa barbárie que infelicitou a Nação por tanto tempo e que vai deixar para sempre essas marcas. Nós, o outro lado, pessoas que se organizam, onde eu me incluo, para que se resgate a memória, para que se busque a verdade, para que se punam os culpados. A Lei da Anistia, de 1979, é uma lei ideal para a anistia dos grandes bandidos, dos grandes vilões de 1964 e seus seguidores, ou seja, criaram, em 1979, uma forma de não serem punidos. No mundo inteiro já é considerado que essa lei não tem validade, hoje o Supremo já analisa de novo essa questão, que foi analisada no passado. O que nós buscamos é justiça para aqueles todos, moças, rapazes, homens, mulheres, enfim, torturados até a morte nos porões da ditadura. Aqui, em Porto Alegre, na Rua Santo Antonio, nº 600, existe a casa até hoje onde era o “Dopinha”, a clandestinidade da clandestinidade, onde o DOPS fazia tortura na Rua Santo Antonio e fazia também ali no Palácio da Polícia, na esquina da Av. João Pessoa com a Av. Ipiranga, fazia também aqui na Luiz Afonso, no quartel que existe ali, em muitos lugares havia tortura aqui e em todo o Brasil, não falo apenas de Porto Alegre. Então, fica esse registro, Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, e principalmente, neste momento a quem nos assiste, o 31 de março é a marca do arbítrio, é a marca da morte, do homicídio, da tortura, da crueldade e, para nós, sempre um símbolo a ser lembrado na busca da memória, na busca da verdade para que se chegue à justiça. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos. Queria falar sobre o episódio que o Leonel Radde testemunhou sobre a representação que foi acolhida para a apreciação da Casa. Achei as acusações do Ver. Leonel Radde bastante levianas, me senti profundamente injustiçado quando, num vídeo, em frente a uma delegacia, ele pediu que eu e a Ver.^a Fernanda Barth, se não me engano, fomos somente nós, nos posicionássemos contra a fala de uma pessoa, uma senhora que se encontrava em uma manifestação onde nós também estávamos, pessoa essa pela qual nós nem cruzamos e pessoalmente nem conheço, tampouco concordo com as palavras que ela proferiu. O Ver. Leonel Radde, sim, foi desonesto, tentando induzir os seus seguidores que nós, eu e a Ver.^a Fernanda, tínhamos qualquer relação com aquelas palavras proferidas por uma pessoa aleatória dentro de uma manifestação que tinha milhares de pessoas. Óbvio que, se nós formos pinçar o pensamento de cada uma das pessoas que se encontram dentro de alguma manifestação, a gente vai encontrar pensamentos absurdos, a gente vai encontrar posicionamentos absurdos. Discordo da postura do Ver. Leonel Radde de tentar induzir os seus seguidores a achar que nós éramos contra minorias, sendo que inclusive a Ver.^a Fernanda Barth é conhecida por defender as discussões entre Brasil e Israel e faz inclusive um trabalho muito importante na representação da comunidade israelita aqui na cidade de Porto Alegre. Achei desonestidade da parte do Ver. Leonel em tentar induzir os seus seguidores, no instante que se encontra em frente a uma delegacia, e diz que está fazendo uma denúncia contra uma neonazista, e citou o meu nome e o nome da Ver.^a Fernanda Barth enquanto fazia essa acusação a essa senhora que se posicionou de maneira completamente infeliz naquela manifestação. Por outro lado, embora o Ver. Leonel Radde tenha sido completamente desonesto com as pessoas que o acompanham pelo Facebook, tenha sido extremamente desrespeitoso tanto comigo quanto com a Fernanda Barth, acho que é prerrogativa do parlamentar inclusive falar besteiras. Não me sinto à vontade de punir um vereador por falar besteira no seu Facebook, tanto que, se tivesse me sentido mais ofendido ainda teria feito uma representação por falsa acusação ou acusação de crime contra o vereador, fato que não fiz porque entendo que, embora ele tenha sido desonesto, ele usou a prerrogativa de expressar a opinião dele sobre um fato político que tinha acontecido na cidade. Eu entendo por que ele me citou, porque fiz uma *live* naquela ocasião, chegou a mais de 11 mil compartilhamentos e mais de meio milhão de pessoas, mas achei desonestidade da parte dele tentar induzir as pessoas que o seguem a acreditar que nós, tanto eu quanto a Ver.^a Fernanda Barth, apoiávamos regimes totalitários, o que a gente sabe é uma prática da esquerda ao defender o comunismo e o socialismo. Então, só para colocar a minha posição com relação a esse episódio, acho que o Ver. Leonel Radde errou, acho que ele tentou “lacrar”, tentou fazer as pessoas que o seguem entender algo que não foi a verdade, mas defendo a liberdade inclusive de os vereadores desta Casa dizerem besteiras, que foi o que entendo aconteceu no caso do Ver. Leonel. Então, não apoio punição contra a opinião dele expressa, mas me oponho e acho errado o que ele fez e

espero que ele possa refletir para esse tipo de ocasião, tentando constranger os colegas, e não venha a se repetir no futuro. Essa é a minha colocação.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pablo Melo está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Eu vou me manifestar apenas desta vez quanto a essa questão que aconteceu. Tenho o maior respeito pela história e pela construção de vida de cada vereador, confesso que não conheço a história de todos, mas muitos aqui ou foram colegas do meu pai quando foi vereador desta Casa, muitos conheço da minha caminhada política que começou desde os meus 21 anos, acabei por me encontrar com muitos de vocês aqui nesta Câmara de Vereadores. Esta questão que falarei apenas nesta vez, quando, por um amigo, chegou esse vídeo ao meu conhecimento, eu me senti vitimado por uma situação, tenho uma construção de vida, tenho uma história política, o meu pai foi uma das pessoas que lutaram pela redemocratização neste País junto com a minha falecida mãe, tenho amigos, tenho familiares e tenho eleitores que acreditam em nós. Então, não me sinto no direito de, em nenhum momento, dizer que o vereador A, B ou C participa ou apoia uma ideologia odiosa, monstruosa como o nazismo, como esse vereador fez em seu vídeo, muito pelo contrário, sempre fui contra qualquer regime de exceção, seja de esquerda ou de direita, e quem me conhece, quem conhece a nossa história e a nossa construção política sempre sabe que somos fruto da democracia e somos defensores radicais da democracia no nosso País. Então, aqui, Ver. Radde, o senhor não terá de nós nenhuma questão pessoal, é uma questão de ordem política. Gostaria muito que o senhor se retratasse, tenho uma relação fraterna, somos inclusive vereadores do mesmo corredor e sempre o tratei muito bem. O senhor entrou nesta Câmara de Vereadores legitimamente pelo voto popular assim como nós, assim como os outros 34 vereadores. Então, vereador, eu não levo para o coração as coisas, acredito que uma retratação pública, o senhor pode divergir de um voto nosso, o senhor pode divergir das nossas posições políticas, mas de maneira alguma, o senhor pode imputar algo que nenhum de nós, tenho certeza, que nenhum dos 36 vereadores é fascista ou é nazista ou algo do tipo. Tenho essa convicção, vereador. Então gostaria que o senhor respeitasse a minha história. O senhor pode não conhecer a minha história, mas respeite a minha pessoa, respeite o meu pai, respeite a minha mãe, respeite a minha família, respeite os meus amigos e respeite aqueles eleitores que acreditam que a gente possa fazer um bom trabalho na Câmara de Vereadores. A cidade tem pressa e temos muitas outras pautas que são importantes para tratar, entendi por me sentir ofendido, me senti injustiçado pelo seu vídeo, me senti impelido a assinar essa representação. E, naturalmente, se o senhor fizer uma retratação, estou falando aqui na frente de todos os vereadores, na frente da TVCâmara, dos internautas, se o vereador se retratar em público quanto a essa questão pontual, também retiro com muita tranquilidade. Aqui,

tenho certeza de que todos são contra regimes de exceção de direita ou de esquerda, somos todos a favor da democracia. Por isso, peço, vereador, que o senhor se retrate, no particular não serve, se retrate no público. Eu, de pronto, aceito e continuamos a nossa caminhada de divergências políticas, mas com respeito, a história de cada um de nós. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Pablo Melo. Vereadores e vereadoras, acabamos de apregoar então a representação e nós não temos condições de estar oferecendo réplica e tréplica para questão dos comentários que foram feitos sobre o apregoamento na sessão. Então, Ver.^a Fernanda Barth, se a senhora quiser, pode se inscrever no tempo de liderança, senão, nós vamos passar a tarde inteira aqui na réplica e na tréplica, não me levem a mal. Eu queria também trazer um comunicado aos vereadores, nós tivemos, por conta da ação judicial que deliberou o desembargador, no caso, da Procempa... (Problemas na conexão.) ...fizemos um agravo, orientados pela Diretoria Legislativa e pela Procuradoria da Casa, tendo em vista que o entendimento é de que a Câmara Municipal não estava utilizando metodologias ou procedimentos ilegais, estava tudo na forma da lei, dentro da legalidade. Então foi feito um agravo e foi concedido à medida do nosso pedido, então, passa também a valer o entendimento de que os pedidos de mensagem retificativa restabelecem as contagens de prazo para as medidas de urgência, que era o entendimento da Diretoria Legislativa. Então, segue a metodologia e procedimento da orientação dos aconselhamentos da Diretoria Legislativa e prevalece então a tese fundamentada e defendida pela assessoria técnica da Câmara. Não se estava cometendo nenhuma ilegalidade, foi restabelecido como o que deveria e deve continuar sendo feito, digamos assim, segue a tramitação do projeto. Apenas para constar. Não sei se o diretor Luiz Afonso quer complementar.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não, Presidente, eu acho que o senhor já colocou de forma bem clara. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB): Bom, antes da fala de liderança que eu tinha planejado fazer, eu quero aqui deixar registrado que não foi apenas uma fala; foi uma associação a nazismo. Isso, até onde eu saiba, é calúnia e difamação. Em grupos de WhatsApp e nas redes sociais está sendo disseminado o ódio, imputando mentiras a determinados vereadores. Ver. Jessé, gostaria de esclarecer, eu não estava na manifestação, tu foste à manifestação, eu não estive na manifestação. Eu estava em votação no plenário naquele dia. Então nem sequer estava lá, mas isso vai ser respondido no momento certo, porque eu imagino que a representação será encaminhada à Mesa.

Eu gostaria de falar sobre outro assunto, sobre o dia 31 de março. Está aqui um texto maravilhoso e explicativo sobre 1964, escrito pelo meu querido amigo Enio Meneghetti (Lê.)

“Cada dia mais me convenço que a falta de conhecimento geral sobre o que aconteceu de fato em 1964 justifica melhor estudo. A autodefesa dos dinossauros da extrema esquerda brasileira é referirem-se aos excessos pós AI-5. Só que o AI-5 veio em dezembro de 1968. O fato que completou 50 anos agora, é a derrubada de João Goulart, em 1964. Ou o perfil das críticas atuais, pode-se dizer, deveria ser dirigido a ampla maioria do povo e da imprensa brasileira de 1964, contrários a Goulart, como se todos estes aplaudissem ditaduras, torturas, ou torturadores, ou isso que pregam não é verdade. É apenas ‘marketing histórico’, sob medida para proveito dos dinossauros no poder. Vejam, como exemplo de distorção dos fatos: é recorrente a esquerda referir-se à participação ‘americana’ no episódio. Disso se servem os mal-informados ou mal-intencionados para tirar proveito desse “marketing histórico”. O que “esquecem” é de comentar a participação cubana e soviética nos primeiros anos da década de 1960 no Brasil, antes da queda de Jango. Fato histórico comprovado à exaustão. Em dezembro de 1962 foram descobertos os campos de treinamento de guerrilha em Divinópolis, Goiás. Montados em duas fazendas, com financiamento cubano pelo ‘Movimento Revolucionário Tiradentes’ (M.R.T.), de Francisco Julião, líder das ligas camponesas.’

“Em *A Ditadura Envergonhada*, Elio Gaspary revela: “Em 1961, manobrando pelo flanco esquerda do PCB, Fidel hospedara Francisco Julião (...). Em viagem a Moscou, Francisco Julião ele pedira mil submetralhadoras aos russos (...). Cuba enviou como conselheiro de sua embaixada um veterano combatente da guerrilha urbana, Miguel Brugueras (...) Francisco Julião também enviou homens para cursos de guerrilha em Cuba. (...) O plano insurrecional caiu nas mãos dos serviços de segurança americanos em novembro de 1962 quando um Boeing 707 da Varig caiu nas cercanias de Lima com o “correio oficial” cubano. Na mala diplomática, detalhes sobre o plano insurrecional no Brasil, reclamações sobre ‘o gasto do dinheiro cubano a mãos cheias’. Muito se fala nas ‘Reformas’ de Jango e pouco se diz sobre elas. Em seu discurso no famoso comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964, Jango anunciou seus decretos. O da Reforma Agrária – número 53.700/64 – declarava de “interesse social” as áreas rurais em um raio de 10 km nas margens de todas as rodovias federais, ferrovias, açudes, barragens. Segundo o extinto IGRA – Instituto Gaúcho da Reforma Agrária, isso representava 41,9% do território do RS. O Decreto 53.701/64 encampava as ações ordinárias de Refinarias de petróleo em mãos de particulares. Entre elas, a então “gaúcha”, IPIRANGA. Sim, a IPIRANGA chegou a ser estatal durante cerca de 15 dias. Já o Decreto 53.702, com o prosaico título de ‘Tabelamento de Aluguéis’, outorgava uma verdadeira reforma urbana: em seu artigo quinto, trazia: “O Comissariado da Economia Popular listará em 90 dias os prédios e apartamentos desocupados com vistas à desapropriação por utilidade social”. O artigo nono do mesmo decreto trazia: “Os cartórios de Registro de Imóveis formarão nos próximos 90 dias listas especiais sobre os proprietários de mais de um imóvel”. Programa igual ao que fora feito na Cuba de Fidel, poucos anos antes. E tudo feito por decretos

presidenciais, à revelia do Congresso Nacional. Cursinho nenhum ensina isso. Aliado e compadre de Jango, Samuel Weiner, o dono do único jornal de esquerda, a *Última Hora*, criado com verbas do Banco do Brasil para apoio ao governo, em suas memórias narrou os ‘esquemas’ onde ele foi a Suíça buscar dinheiro para financiar “manobras políticas”. Ou como Samuel, segundo ele a mando de Jango, fazia movimentar ‘caixinha das empreiteiras’. Diz Samuel “mensalmente entregava os montes de cédulas a João Goulart”. Imagine se fosse um adversário dizendo isso!

Militante comunista, o recentemente falecido Jacob Gorender, disse em seu clássico livro *Combate nas Trevas*: ‘O período de 60 a 64 marca o auge da luta de classes no Brasil. Nos primeiros meses de 1964 esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu pelo caráter contrarrevolucionário preventivo. Houve chance de vencer, mas foi perdida. O pior é que foi perdida de maneira desmoralizante (...)

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, vereadora. A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, Presidente, colegas vereadoras e vereadores, hoje é um dia muito triste, definitivamente, e a gente não tem nada a comemorar. Nós, do PCdoB, compreendemos esse período muito duro como um golpe contra a democracia. O nosso partido é o partido mais antigo do Brasil, a gente se orgulha muito da nossa história. Nós sofremos perseguição durante os 21 anos dessa ditadura que matou, torturou e fez, das mais diversas formas absurdas, a retirada de muitas vidas, e até hoje não sabemos por onde muitas pessoas andam. Essa data a gente lembra para que nunca mais haja nada semelhante a isso. É preciso lembrar, principalmente, dos efeitos desse golpe na vida da população negra. Obviamente que esse momento tão trágico nessa história acentuou de forma vertiginosa um processo de empobrecimento na população negra. Foi durante esse período que houve um grande, mas um grande processo de violência aos povos negros, colocando-os diante das favelas como a única opção. A repressão às lideranças negras casos morte e o desaparecimento de mais de 40 lideranças políticas, somente nesse período. E eu aproveito desse espaço para saudar e relembrar uma camarada que é a Helenira Resende, morta aos 28 anos. Uma grande referência para todos nós, uma mulher negra, do PCdoB, comunista, lutadora e, durante esse período, se colocou à frente, se projetou, perdendo a sua vida da forma mais absurda, mas não se furtando da luta. Nós compreendemos que esse estaques sempre foram golpes que para que isso não aconteça, nos posicionamos. Aproveito para relembrar que ainda ontem fiz um boletim de ocorrência pelo fato de ter sido covardemente e constantemente atacada pela internet porque é isso o que fazem aqueles que não compreendem o processo democrático como

legítimo. Nos colocam diante do medo, mesmo que nos retirar a maneira mais tolhida de nós colocarmos diante desse processo que é democrático, legítimo. Nós não vamos nos calar, não mais seremos vítimas desses ataques, denunciaremos todas as vezes que necessário, porque as nossas vidas, o nosso sangue não será derramado por esses covardes, e assim nos posicionamos, eu, Ver. Daiana Santos; Bruna Rodrigues; enquanto bancada do PCdoB, porque compreendemos a necessidade desse posicionamento como forma efetiva de luta e assim seguimos. Aqueles que não compreendem e ainda negam sobre isso continuam agindo de forma irrelevante e antidemocrática, que façam o favor de conhecer a história para não ficarem mais reproduzindo falsas verdade. É isso Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Boa tarde, Presidente; boa tarde colegas. Infelizmente eu estou com problemas de conexão estou na Câmara. Precisamos urgentemente, Presidente, arrumarmos a nossa Internet, está toda hora caindo. Eu nem vou colocar o vídeo para que não caia novamente. Mas eu não poderia deixar de no dia de hoje ler a Ordem do Dia alusiva ao 31 de março, escrita pelo ministro de estado de defesa Walter Souza Braga Netto E ele diz: (Problemas na conexão)... históricos só podem ser compreendidos a partir do contexto da época. O século XX foi marcado por dois conflitos bélicos mundiais e pela expansão de ideologias totalitárias com importantes repercussões em todos os países. Ao fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo, contando com a significativa participação do Brasil, havia derrotado o nazifascismo. O mapa geopolítico internacional foi reconfigurado e novos setores de força desfrutavam espaço e influencia. A Guerra Fria envolveu a América Latina trazendo ao Brasil um cenário de inseguranças com grave instabilidade política, social e econômica; havia ameaça real à paz e à democracia. Os brasileiros perceberam a emergência e se movimentaram nas ruas com amplo apoio da imprensa de lideranças políticas, das igrejas, do seguimento empresarial de diversos setores da sociedade organizada e também das Forças Armadas, interrompendo a escalada conflitiva, resultando no chamado movimento que hoje 31 de março de 1964. As Forças Armadas acabaram assumindo a responsabilidade de pacificar o País, enfrentando os desgastes para as reorganizar e garantir as liberdades democráticas de que hoje desfrutamos. Em 79 a lei da anistia aprovada pelo Congresso Nacional consolidou o amplo pacto de pacificação, a partir das convergências próprias da democracia. Foi uma transição sólida, enriquecida com a maturidade do aprendizado coletivo. A País multiplicou suas capacidades e se mudou de estatura. O cenário geopolítico atual apresenta novos desafios como questões ambientais, de ameaça cibernética, segurança alimentar e pandemias. AS Forças Armadas estão presentes na linha de frente protegendo a população: Marinha Exército, Força Aérea acompanham as

mudanças conscientes da sua missão constitucional de defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e seguros de que a harmonia e equilíbrio entre esses e poderes preservarão a paz e estabilidade em nosso País. O movimento de 1964 é parte da trajetória histórica do Brasil, assim devem ser compreendidos e celebrados os acontecimentos daquele dia 31 de março. Ou seja, não estamos aqui falando de algo que não aconteceu e sob uma ótica da história verdadeira que não com os desvios que alguns seguimentos querem dar. O povo foi às ruas clamar para a democracia tivesse presente no Brasil e que o comunismo não se instalasse no nossos País que, se Deus quiser, continuará sendo verde e amarelo. Obrigada, Presidente e colegas.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Muito obrigado, Presidente Márcio Bins Ely. Eu gostaria de conclamar o conjunto das vereadoras e vereadores aqui presentes que, em grande maioria, fazem parte de tradições políticas bastante diferentes da que o pessoal representa, mas creio eu que têm apreço pelas liberdades democráticas, o que têm o mínimo de dever de representar minimamente o histórico das legendas que aqui estão representadas, que na maioria foram parte do movimento democrático amplo que derrotou a ditadura na década de 80. Nós não podemos permitir, na verdade, apologia a ditadura é crime de acordo com o código penal brasileiro, de acordo com Constituição Federal. E eu ouço falas como as que foram proferidas aqui defendendo o golpe de 1964 e penso que, de fato, um dos grandes problemas do País é não ter de lidar com os seus traumas históricos, não ter tido, em momento algum, uma justiça e transição que conseguisse fazer com que a gente olhasse para o nosso passado e extraísse dele aquilo que a gente não quer mais. Foi assim quando acabou a escravidão dos seres humanos, que se constituiu uma República sem reparação a negras e negros; foi assim depois da ditadura do Estado Novo, foi assim também que em 1988 com a Constituição Federal do nosso País que trouxe grandes avanços, mas infelizmente não seguiu o caminho de outros países da América Latina como o Uruguai, Argentina, onde, de fato, militares que torturaram, que mataram foram aos tribunais e tiveram que responder pelos crimes que cometeram. Eu espero ainda que no Brasil nos tenhamos uma mobilização popular como a que ocorreu no Chile há dois anos, que tinha como um dos seus principais gritos acabar com o legado da ditadura de Pinochet. Nós precisamos que o País e repito, não estou falando isso apenas em nome do PSOL, mas sim de todos e todas que compartilham da tradição democrática, é uma questão de defesa da vida. Quando militares tomam o poder com tanques nas ruas, depõem governadores, caçam mandatos de vereadores, de deputados, interveem no judiciário, torturam e perseguem os seus opositores, isso se chama golpe, não se chama revolução, não se chama qualquer outra coisa. Foi isso o que aconteceu no nosso País, produto de uma tradição histórica que infelizmente reverbera até os dias de hoje, de militares que acham que

podem se confundir com o ambiente da política. A tradição golpista de 64 foi barrada aqui no nosso Estado, no Rio Grande do Sul, em 1961, com a Legalidade, Ver. Pedro Ruas, que neste ano inclusive, completa os seus 60 anos. Nós precisamos lembrar como motivo de orgulho colocar o nosso Estado na vanguarda das liberdades democráticas dos direitos sociais. Vamos falar a verdade, na ditadura foi onde nós vimos se introduzir de fato o esquema político brasileiro todo essa lógica dos escândalos de corrupção; são inúmeros os casos envolvendo Petrobras, envolvendo o sistema de comunicação, os militares são a porta giratória, saiam do governo e iam ganhar milhões de reais nas empresas. A fase do milagre econômico que fez com que o Brasil vivesse, durante a década de 80, uma das suas piores crises que só consegue ser superada pela que estamos vivendo agora, pelo desgoverno que reivindica esses militares. Foi também nesse período que se constituiu uma lógica nefasta de violência, de militarização, de grupos de extermínio nas periferias. Nós devemos falar disso, para fazer com que o nosso País avance, para fazer com que ele dê um passo adiante. E não se trata de revanchismo como alguns gostam de dizer, se trata de colocar a verdade e a justiça no posto de mando daquilo que nós queremos para a nossa Nação daqui para frente. Vocês reproduzem até hoje lógicas como aquela ideia do inimigo externo, do medo da mobilização dos trabalhadores. Sim, havia uma mobilização de trabalhadores no período pré-64 porque havia carestia de vida, havia desemprego, havia um processo interno que acontecia no nosso País no qual a classe trabalhadora, principalmente a sua parcela negra, era completamente subjugada, não tinha condições de vida digna, decente. Enquanto houver isso, vai haver mobilização, vai haver luta de classe, vai haver mobilização, vai haver luta de classe, vai haver reivindicação. E isso não pode ser tolhido da forma que vocês defendem até os dias de hoje, com militarismo, com violência, com sangue da população trabalhadora. É uma vergonha o que acontece no Brasil neste momento, mais de 11 mil militares instalados em cargos do governo federal, que tem a cara de pau de dar as costas para as concepções que estão aí, correndo mundo afora, na América Latina, que dizem que ditadura é crime, é violência de Estado.

É uma lástima que nós estejamos hoje, aqui, 31 de março de 2021, ouvindo tanta coisa que não cabe mais entre aqueles que se dizem representantes do povo. Para concluir, lamento, Ver. Cassiá Carpes, que tu estejas te manifestando dessa forma. Lamento profundamente. Porque o que nós precisamos dos políticos neste momento é compromisso com liberdade democrática e garantia de que esse período nefasto da nossa história não aconteça nunca mais. Ditadura nunca mais!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Colegas, boa tarde. Eu vejo 31 de março de 1964 como uma contrarrevolução; não houve golpe. Estava em andamento um processo lento e gradual de implantação do movimento comunista internacional. Isso

todos nós sabemos, mas é uma questão de aceitar ou não. É uma interpretação. Estava em andamento a implantação de um movimento comunista internacional de uma ideologia contrária aos princípios democráticos. Olha, na minha opinião, a data de hoje trata apenas de recordar um acontecimento histórico que, com seus erros e acertos, trouxe uma nova face para o Brasil. Nós saímos de uma economia atrasada para a oitava economia. E restabeleceu a ordem, a unidade nacional, combatendo os princípios subversivos que queriam implementar na nossa terra. Isso é um fato. Está na história, nós sabemos. Agora, é importante deixar claro que os militares sempre realizarão o que a sociedade civil quiser e precisar. Deixo o meu boa-tarde a todos aqui. Eu me senti na obrigação de fazer esta manifestação, porque o movimento contou com o apoio da sociedade e das Forças Armadas, foram as famílias para a rua. Nós sabemos muito bem o que aconteceu em 64. A tentativa era, sim, de implementar aqui o comunismo. Boa tarde e obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, vereadoras, vereadores, o clima está de grande debate, mas eu vou fazendo os registros deste mês de março de atuação do gabinete. Neste mês em que se comemorou no dia 8 de março o Dia Internacional da Mulher, não poderíamos deixar de citar que a Procuradoria Especial da Mulher, mesmo sem infraestrutura, estando como procuradora, atuamos pelo gabinete realizando diversas *lives* relatando trajetórias de mulheres que inspiram e enfrentam desafios na nossa cidade. Também quero deixar registrado que os cinco tipos de violência contra a mulher estão previstos na Lei Maria da Penha, nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e que são física, psicológica, moral, sexual e patrimonial. Precisamos avançar muito mais no combate a esse quadro de violência, iniciando pelas escolas, no que já há um grande consenso. E que seja continuada a divulgação da violência, da proteção às mulheres e que não se encerre somente neste mês de março.

Também quero registrar que no dia 14 de março foi o Dia Nacional dos Animais, que é uma data para conscientizar as pessoas sobre cuidados que devem ser dados aos animais em geral, lembrando que conforme estudos já podemos afirmar que quem maltrata um animal maltrata o seu semelhante.

Neste mês também coordenei o GT de transição da causa animal e as reivindicações de um setor para centralizar as ações e políticas públicas que há tempos estavam sendo reivindicadas. Confirmamos essas propostas, no segundo turno, com a participação de apoiadores, protetores e interessados, que foram aceitas como plano de campanha e metas de governo. E é cumprida a partir da criação de um Gabinete da Causa Animal para atender os animais de Porto Alegre, que é uma questão de saúde pública. Com a reforma administrativa, aprovada pela maioria dos vereadores, está

inserido o Gabinete da Causa Animal. Salientamos que o envolvimento com animais é crescente e não se imaginava, há vinte anos, que teríamos essa representatividade e com geração de emprego e renda. Hoje temos espaço para divulgar o que fizemos em longos anos com o ativismo, mas tivemos decepções com as promessas, com o oportunismo, esperança de soluções, mas também de realizações, desde o fim do extermínio, legalização do combate aos maus-tratos, controle populacional, campanhas de conscientização, recursos públicos para essa área e o entendimento da importância dos animais na vida familiar; na pandemia, são companhia aos seus tutores, nos momentos difíceis.

Também quero falar de Porto Alegre, da população animal com que o Município se depara rotineiramente, que a população estimada de cães e gatos de 541 mil cães domiciliados e 221 mil gatos domiciliados e animais tutelados por famílias... (Problemas na conexão.) ...107 mil cães e 44 mil gatos. E ainda temos os abandonados que nos afligem, que nasceram ao relento e que estimamos em 20 mil cães e 5.500 gatos que vivem em colônias ou mesmo individualmente, procriando; muitos abandonados pela própria sociedade.

Os serviços no prédio previsto para ser o hospital 24h e que funcionava em 30% da sua capacidade, chamado Unidade Médica Veterinária, foi contratualizado no mês de novembro, ao valor de R\$ 262 mil mensais e previsão para atender 9 mil castrações, 1.200 cirurgias/ano, 240 cirurgias ortopédicas, 3.500 exames de imagem, 360 exames de sorologia e 240 quimioterapias. As inscrições sempre pelo 156, para famílias de baixa renda e até três salários mínimos comprovados.

Quero falar também do faturamento. Nós somos um movimento... (Problemas na conexão.).

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
Vereadora, o seu som estava cortando.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Então vou reler. Não desapareceremos com esse passivo de animais, teremos que buscar gestão e seguir os pilares necessários para conter esse quadro, que é nacional.

Para encerrar, registro que no dia 26 tivemos a passagem dos 55 anos de fundação do MDB, pois aqui, nos tempos presenciais, fazíamos homenagens. A história do Movimento Democrático Brasileiro está junto da política brasileira, muitas lutas e batalhas no nosso País, identificado como agregador de oposição ao autoritarismo, acolheu todos os partidos regulares à época e fez a sua história, com erros e muitos acertos. O partido das Diretas, da anistia, da liberdade de imprensa e convocação da Assembleia Nacional Constituinte e de inúmeros serviços prestados ao País. Parabéns, emedebistas! Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Vereadora.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Presidente, eu fui citado, aí, pelo Ver. Matheus. Eu não fiz nenhuma consideração, eu só fiz gesto de que ele deveria encerrar, está ultrapassando, está chato já, ninguém respeita os cinco minutos. E ainda ficam brabos. Era só isso. Eu não estava questionando o seu pronunciamento, que é livre. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito ao diretor Luiz Afonso que proceda à chamada nominal para verificação de quórum para passarmos à Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e um Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 16h17min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 119/21 – (Proc. nº 0327/21 – Ver. Mauro Pinheiro) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade em “apoio aos trabalhadores das atividades essenciais, para que sejam priorizados no cronograma de vacinação”. **(SEI 039.00016/2021-27)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 119/21. (Pausa.) O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Sr. Presidente, Vereador Márcio Bins Ely; demais vereadores, é uma moção para a qual eu tenho certeza que teremos a aprovação da ampla maioria ou de praticamente todos os vereadores, onde a gente pede que seja, em primeiro lugar, reconhecido o trabalho que tem sido feito, nesta pandemia, pelos trabalhadores dos serviços essenciais. Hoje sabemos que todos os trabalhadores são essenciais para a cidade, mas tem alguns trabalhadores que durante este ano inteiro de pandemia estiveram à frente nas suas atividades por serem essenciais, como os trabalhadores da saúde, os trabalhadores da segurança pública, os trabalhadores do comércio, de farmácias, os que trabalham em supermercados, motoristas de ônibus, cobradores, motobóis que não pararam nem um dia sequer, estiveram nos atendendo e trazendo um pouco mais de conforto a todos nós. Muitos de

nós ficamos em casa nos resguardando desta pandemia enquanto essas pessoas estavam trabalhando para que a gente pudesse ter alimentos em nossas casas, aqueles trabalhadores da saúde pudessem se deslocar até seus trabalhos através dos motoristas de aplicativo, dos táxis, eles não pararam durante esta pandemia. Claro que, seguindo o protocolo, tomando cuidados, com máscara, álcool gel, a gente sabe que isso é importante, mas não é essencial. Quero fazer, através da aprovação desta moção, que ela seja encaminhada posteriormente para Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Secretaria Municipal da Saúde, assim como o governo do Estado e o governo federal, para que essas pessoas sejam consideradas não só essenciais, mas também sejam reconhecidos e que, na hora da vacina, eles tenham prioridade para serem vacinados. Como estaríamos sobrevivendo se os supermercados, as farmácias, se esses profissionais da segurança, Brigada Militar, Polícia Civil, Guarda Municipal não estivessem nas ruas trabalhando? Essas pessoas ficaram expostas durante todo esse período, e, na minha opinião, nós temos que bater palmas e reconhecer, mas mais do que isso, nós temos que priorizar a vacinação dessas pessoas, para que elas possam dar continuidade ao seu trabalho. Porto Alegre é uma cidade cuja maioria da arrecadação vem dos serviços e do comércio, e o pessoal do comércio não pôde trabalhar todo esse período, muitas vezes porque não foi deixado trabalhar. Infelizmente, não temos a liberdade de escolha em vários momentos da cidade de Porto Alegre, como restaurantes que são, na minha opinião, essenciais à cidade, pois muitos trabalhadores são obrigados a sair para trabalhar e, na hora da sua refeição, ficam impossibilitados de fazer uma boa refeição no restaurante porque estava fechado, infelizmente estava fechado e eles não puderam atender, e isso também influi muito na própria saúde desses trabalhadores essenciais. Então, para mim, esses restaurantes também deveriam ser considerados essenciais. O comércio em si, na cidade de Porto Alegre, por ser fundamental na arrecadação do Município, todo o comércio de Porto Alegre deveria ser considerado essencial e ter prioridade. Mais importante do que eu me vacinar é ver o garçom do restaurante ser vacinado, o atendente de uma loja ser vacinado, porque eu me sentirei bem mais seguro para ir no comércio de Porto Alegre, ir no restaurante sabendo que aquelas pessoas que estão me atendendo na cozinha, o garçom, estão vacinados e estão protegidos para poder atender o restante da população. Portanto, peço a todos os vereadores que compreendam, esta é uma moção que os vereadores que quiserem, podemos abrir para a cidade, que a Câmara de Vereadores faça o movimento pedindo para que aqueles profissionais sejam reconhecidos, não somente com palmas, mas com ações, e a ação que a gente precisa neste momento é que as pessoas possam ser vacinadas para que possam voltar às suas atividades, dar continuidade às atividades essenciais no Município de Porto Alegre, continuar nos atendendo e nos atendendo bem. Muito obrigado a todos esses profissionais que durante este ano de pandemia têm sido guerreiros e movimentado a cidade e dado condições, para que a gente possa ter o mínimo possível de condições de sobreviver nesta cidade de Porto Alegre. Muito obrigado a todos esses que foram citados. Quero contar com o apoio de todos os vereadores para sair uma moção não do Ver. Mauro Pinheiro, mas uma moção da Câmara de Vereadores para esses profissionais, que eles tenham mais do que o nosso

aplauso, o nosso reconhecimento e a prioridade da vacina, para que eles possam continuar exercendo essas atividades. Muito obrigado. Conto com o apoio de todos os vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 119/21.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha nossa sessão nesta tarde. Estamos avaliando, neste momento, uma moção de solidariedade do colega Ver. Mauro Pinheiro em apoio aos trabalhadores das atividades essenciais, para que sejam priorizados no cronograma de vacinação. Que bom que uma boa intenção leva a gente a ter consenso de que de fato - todos nós, e creio que não há divergência -, os trabalhadores em serviços essenciais deveriam ser os primeiros a serem vacinados, mais do que isso, deveriam, por exemplo, terem recebido a testagem e o rastreamento para o monitoramento com a prerrogativa do isolamento. Fazer uma coisa e não fazer outra fica muito incompleto. O Ver. Mauro Pinheiro traz esse tema, e possivelmente muitos vereadores estão discutindo em moção, projeto de lei e frente parlamentar algo que o governo trata com indiferença. Vou citar aqui algumas delas: os trabalhadores da saúde não tiveram, em tempo real, e nem estão tendo, a prerrogativa de testagem na medida em que apresentam os sintomas e são encaminhados a centros de referência. Os trabalhadores da Panvel, iniciativa privada, não só fazem a testagem como já fizeram a vacina. Empresa privada ligada à área da saúde, portanto, está dentro da prioridade. Os trabalhadores do supermercado que o Mauro fala muito aqui, do comércio: no caso de supermercados, considerados serviço essencial, não fizeram, não receberam a testagem e não estão sendo vacinados, a não ser aqueles que estão no cronograma do governo. Creio que o importante nessa discussão política é que ela tem que ser ampliada, pois alguns vereadores inclusive têm projetos de lei que estão colocando outras profissões que deveriam estar dentro das prioridades, como é o caso do serviço público ligado ao DMLU ou os terceirizados que estão na rua recolhendo lixo, como também a todos os trabalhadores do SUAS. Ou alguém vai me dizer que os trabalhadores que trabalham nos albergues e com moradores de rua não deveriam ser considerados serviços essenciais e terem sido já vacinados? E não estão nas prioridades! Então, tem um enorme questionamento que nós devemos fazer, sim, na medida em que a Câmara tem prerrogativas de incluir determinadas categorias reconhecidas pelo governo como serviços essenciais. Nesse sentido, claro que a ideia é boa e, portanto, a nossa bancada vai votar favoravelmente. Um forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 119/21.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Boa tarde a todos colegas. Queria agradecer as mensagens de parabéns, nesse período que estamos vivendo, só o estar vivo já basta. Então referendando a vida, a alegria e o prazer de viver, quero agradecer a todos as felicitações. Esta moção do Ver. Mauro Pinheiro vem em bom momento, já que esses setores, segmentos, nunca pararam, nunca pararam, e aí eu incluo o pessoal de motobói, os motoristas e cobradores de ônibus, a assistência social tem trabalhado muito, vários setores e segmentos, que têm atuado. Nós encaminhamos já alguns pedidos ao Executivo de prioridade de vacinação, principalmente, os trabalhadores de farmácias, rodoviários, o pessoal de motobói, o pessoal que trabalho no comércio, nos restaurantes que continuam trabalhando ainda, há necessidade disso, o reconhecimento da nossa cidade, da Câmara de Vereadores de Porto Alegre com todos esses trabalhadores é imprescindível. Eu acho que é o momento em que a gente deve prestar todas as homenagens necessárias, a gente não tem como de o Município ajudar essas pessoas financeiramente, principalmente, o pessoal que não está exercendo as suas funções. O pessoal que trabalha em academias, o pessoal que trabalha em restaurantes, o próprio comércio tem um grande número de pessoas com seus salários reduzidos, os rodoviários tiveram redução do seu salário. Então o ‘cobertor é muito curto’, nós estamos num momento aí em que as pessoas estão torcendo para chegar a sua data de aniversário para tomar as vacinas, calculando quanto tempo falta para tomar essas vacinas, vários querendo, desejando chegar à melhor idade para se beneficiar com as vacinas. Nós temos uma necessidade urgente de disponibilizar a vacina para o povo; nós temos uma necessidade urgente de equipar e de medicamentos nas UTIs, nos hospitais. Mas “o cobertor é curto”, volto a dizer, então, se o governo federal não tomar essa frente. Se o governo federal não buscar os recursos, ele que é detentor de 62% do que é arrecadado de impostos nos municípios e nos estados, se ele não tomar essa iniciativa, fica muito difícil a Prefeitura, que fica com em torno de 16% do que é arrecadado, ajudar a todos. Então, para as pessoas que estão nos ouvindo, estão nos assistindo, a cada R\$ 100 arrecadados, hoje, em Porto Alegre, em qualquer setor e segmento, somente R\$ 16 ficam aqui em Porto Alegre, R\$ 62 vão para Brasília. E lá eles têm a capacidade de nos dar vacina, eles têm a capacidade de dar um abono para quem está trabalhando, de reeditar a Medida Provisória do ano passado, quando as empresas contribuíam com uma parcela do salário e o governo com a outra e o trabalhador abria mão de uma parcela para manter os postos de trabalho e manter os empregos. Mas, principalmente, a gente vê aí, um grupo ou outro, saiu a notícia que um grupo de empresários do sistema de transporte compraram a vacina e se vacinaram; se vê notícia de três, quatro empresários que querem comprar a vacina. Tudo é insuficiente. Se o governo não tomar a iniciativa, quem detém o recurso não tomar iniciativa e fizer essas questões, nós vamos continuar correndo atrás da máquina, como o cachorro corre atrás da linguiça, nós vamos continuar correndo atrás da máquina. Mostrar essa solidariedade, mostrar o reconhecimento a todas essas pessoas, não resolve, mas ajuda.

Ajuda, reconhece, dar a essas pessoas, acredito, um pouco mais de autoestima. Então, acho que é isso que esta moção do Ver. Mauro procura, e nós encaminhamos para que ela seja aprovada por unanimidade por esta Casa, para que essas pessoas que há um ano estão à frente da luta contra o vírus, permitindo que a gente tenha acesso a transportes, tenha acesso a entregas, tenha acesso a medicamentos, à alimentação, e uma série de outras coisas, à assistência social – como o Oliboni disse, moradores de rua, pessoas que têm necessidade de alimentação -, então, o pessoal da assistência social tem trabalhado muito; os técnicos em segurança e medicina do trabalho que têm ajudado as empresas nessa questão do psicológico, que tem sido muito atingido por todos. Então, é importantíssimo que todas essas categorias, todas essas pessoas que trabalham, que querem trabalhar, que desejam trabalhar, que desejam levar o sustento para sua família, sejam homenageados por esta Câmara de Vereadores. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 119/21.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Sr. Presidente, agradeço e abro mão da inscrição. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 119/21.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente; colegas vereadores e vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara. Primeiro, quero parabenizar o Ver. Mauro pela Moção, nós estamos assinando junto. O vereador abriu agora o bloco de assinaturas, nós estamos assinando, porque eu acho que é extremamente importante. Eu sempre falei, desde o início, que o comércio não é responsável pela contaminação. Acho que esses trabalhadores precisam, sim, dessa proteção, serem vacinados, inclusive, nós, enquanto Gabinete da vereadora, fizemos várias indicações para priorizar alguns grupos que nós consideramos importantes e essenciais, como motobóis, entregadores, que estão sempre na rua, porque as famílias passaram a ficar nas suas casas fazendo o trabalho remoto, e esses trabalhadores entregando alimentos, e tudo mais, para a proteção das pessoas que não saem de casa, então, eles precisam, sim, serem vacinados. Os trabalhadores dos táxis, os rodoviários, que são tão importantes, carregam tantas pessoas diariamente através do transporte público. Os profissionais da saúde, muitos já foram vacinados, mas nós ainda temos a rede de apoio a esses trabalhadores, clínicas, por exemplo, o profissional de saúde foi vacinado, mas o recepcionista dessa clínica, que também tem contato e não foi vacinado – ontem, em conversa com Fernando Ritter, ele disse que é um grupo de priorização que vai ser vacinado. Na verdade, o que nós temos é falta de vacina. Se nós tivéssemos a quantidade adequada de vacinas necessária, nós estaríamos, com certeza, vacinando

todos aqueles que precisam. Toda a nossa população merece e precisa ser vacinada, mas como a gente tem que fazer essa priorização e tem que vacinar, com certeza, os profissionais que estão na linha de frente e os que são dos serviços essenciais. Então, dizer que a gente vai apoiar a moção. Inclusive, a educação infantil que é luta que a gente tem, desde o ano passado, dos educadores das escolas de educação infantil, que não estão conseguindo voltar, o primeiro e o segundo ano também, em função de uma liminar, por estarmos na bandeira preta e mesmo com a cogestão não se conseguiu ainda reverter, porque, em princípio, o Município estaria na bandeira vermelha, e eles da educação infantil, sim, poderiam retornar, porque tem uma lei da essencialidade que nos garante isso. Enfim, acho que, se nós conseguirmos a vacinação desses trabalhadores também como essenciais, eles poderão retornar, e aqueles pais que estão nos serviços essenciais poderão ter onde deixar seus filhos. Parabéns, Ver. Mauro, conte conosco, vamos apoiar a moção. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver^a. Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento n.º 119/21.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Presidente, colegas, e quem está nos acompanhando. Eu solicitei essa inscrição para falar justamente do problema que é o cerne de toda essa questão, que é central. Se o Presidente tivesse comprado, o Presidente da República, tivesse comprado essas vacinas, lá no ano passado, quando teve essa possibilidade, se tivesse sido uma gestão plena, se fosse algo responsável, nós não estaríamos passando por isso hoje. Em definitivo, o que a gente está vendo é uma sequência de formas incorretas, e olhar para um problema, o pior problema, o pior caos sanitário, até o presente momento, onde toda negligência, todo descaso é visto e contabilizado, dia após dia, com esses recordes absurdos de mortes. Saúde, sim, essa possibilidade de nós estarmos agora olhando para isso com mais – na verdade, isso não é nem com mais, é com menos descaso -, mas ainda assim não é o suficiente. Se a gente for pensar que aqueles que são priorizados para a vacina, em inúmeros relatos, inclusive, denúncias chegaram até nós, de pessoas que receberam a vacinação, profissionais da saúde que, inclusive, estão fora da atuação. E ainda fazendo um pouco mais a fundo essa avaliação, não foi priorizado o pessoal da limpeza, não foi priorizado o gari, bem como disse o colega anteriormente; não foi priorizado o pessoal da linha de frente. Então, a gente está vendo uma sequência, uma sucessão de absurdos, uma sucessão de falhas, uma sucessão de erros, que vêm de uma distância muito maior, que é do governo federal, incompetente diante desse caos sanitário. Era isso que eu queria trazer, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 119/21.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores. Quero aqui me solidarizar com esta moção do Mauro, até porque, neste momento, tenho escutado muito que outras categorias estão entrando nessas prioridades, isso é muito bom, muito bom. Há categorias importantes, há um mês, entreguei para a Associação dos Cemitérios, são mais de mil pessoas, que estão com essa dificuldade também, eles têm contato. Então, elencaria aqui várias entidades, mas não há necessidade, porque estão sendo corrigidas essas questões acrescentando mais gente, nós precisamos, a vacina vai chegando. Para concluir, era isso. E dizer a Ver.^a. Daiana, olha, se o PT não fizesse o que fez, quase quebrou o Estado, Daiana, quase quebrou o País. Se o PT não fizesse tudo aquilo que fez, se, tudo aquilo que fez no País, pelo amor de Deus, nós seríamos um outro País, um País rico. A safadeza foi muito grande, Daiana, não adianta tapar o sol com a peneira. Na realidade, é isso. Ladrão tem em todos os partidos e, na esquerda, o que apareceu de gaiato, de ladrão... O pior é que não estão na cadeia, eles foram condenados, e uns serão condenados de novo, não adianta, não foram absolvidos. José Dirceu, grande maestro de vocês, como gosta de um dinheirinho! Então, tem gente que rouba em todos os partidos; no meu tem, no de vocês tem, sim. Um abraço. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 119/21.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigado, Presidente Márcio. Colegas, venho aqui parabenizar o Ver. Mauro por esta moção de solidariedade àquelas pessoas que trabalham nos serviços essenciais. O que é essencial para nós? Essencial é tudo aquilo que traz comida para a mesa do trabalhador. São todos aqueles serviços que fazem com que a pessoa tenha condições de se sustentar, sustentar a sua família, ter a dignidade de pagar seu aluguel, sua água e sua luz. Então quero dizer, Ver. Mauro, que o senhor está de parabéns por trazer esta moção, terá a nossa contribuição, dizendo um “sim” bem alto para esses trabalhadores que são essenciais e que precisam ser vacinados. A vacina vai, efetivamente, fazer com que nós possamos voltar à normalidade o quanto antes. Mais do que isso, Presidente, já peço aqui votação nominal, pois quero saber quem são os vereadores que são a favor do trabalho essencial e da vacinação para essas pessoas que tanto merecem o nosso respeito aqui em Porto Alegre. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 119/21.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB): Eu quero aqui parabenizar o Ver. Mauro Pinheiro, a gente já tinha assinado a moção, porque uma das maiores crueldades que nós vimos acontecer, durante todo esse período de pandemia, foi alguns governantes quererem decretar quem é essencial e quem não é quando todos os trabalhadores precisam alimentar suas famílias. Permitir que alguns trabalhem e não permitir que outros trabalhem é de uma crueldade absurda. A gente colabora, vota nominalmente e já abro aqui que vou votar cem por cento favorável a esta moção, que é importantíssima, é uma sinalização que nós precisamos dar ao governo.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 119/21.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Também quero trazer um abraço a todos e a todas, cumprimentar o Ver. Mauro pela proposição, e todos que se manifestaram. Foi falado muito rapidamente, agregando nessa proposta, sei que estão os trabalhadores da limpeza urbana, servidores públicos ou não, trabalhadores da limpeza privada, temos tantos, esses terceirizados, como prioritários. Quero registrar também a importância do pessoal que trabalha no esgotamento da cidade, especialmente no DMAE e o pessoal do antigo DEP também. Ontem, eu fui receber minha vacina e tinham lá servidores recebendo, coletando as doações dos alimentos não perecíveis, desses, muitos são do DEMHAB, que também merecem estar nesta moção, ou seja, todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram, contribuirão e estão contribuindo para a possibilidade de um mínimo de segurança que se tem em nossa cidade, no Estado e no País. Um abraço a todos. Mauro, vou votar favoravelmente, mais uma vez meus cumprimentos pela proposta.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 119/21.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Presidente, demais colegas vereadores, boa tarde a todos. Eu quero iniciar minha fala, em primeiro lugar, parabenizando os servidores da segurança pública pelo excelente trabalho que eles vêm realizando durante a pandemia; parabenizo meus colegas da Polícia Civil, da Brigada Militar, dos Bombeiros, da Guarda Municipal e na Polícia Penal, da qual eu faço parte. Mando um abraço muito especial para o nosso secretário de Administração Penitenciária, Dr. Faccioli, nosso superintendente da Polícia Penal, Dr. Cesar da Veiga,

e para o meu amigo Cristiano Fortes, diretor do Departamento de Segurança e Execução Penal, responsável por mais de 42 mil presos no Estado do Rio Grande do Sul, por mais de 150 casas prisionais – são mais de 5 mil policiais penais no Estado do Rio Grande do Sul. Então, um parabéns muito especial ao pessoal da segurança pública e à Polícia Penal, neste ato um abraço muito especial para o meu amigo, diretor do DSEP, Cristiano Fortes, advogado e administrador – parabéns Fortes, parabéns pelo teu excelente trabalho.

Eu quero aqui também agradecer ao Ver. Mauro Pinheiro por esta moção, é uma moção de justiça, na verdade, gostaríamos que todos tivessem acesso à vacina, mas é difícil julgar o que é essencial ou o que não é. Acho que o Ver. Mauro Pinheiro fez um trabalho excelente nesta moção, está com a nossa assinatura, nosso apoio, muito coerente na sua fala e no trabalho que vem realizando.

Quero dizer a vocês também que existe um projeto aqui na Casa, meu e da Ver.^a Nádia, que coloca os servidores da segurança como grupo prioritário e também o pessoal que trabalha na limpeza. Como eu disse hoje também, no grupo de vereadores, o pessoal da limpeza não faz limpeza a distância, o pessoal da segurança não faz policiamento a distância, estão lá, presencialmente, trabalhando, lutando, são todos especiais, por essas duas funções, eu tenho um carinho muito especial.

Quero dizer a vocês também que hoje, dia 31 de março, é o dia em que recordamos a intervenção militar que o Brasil... Não digo que se comemora, mas se recorda, foi necessário, foi um momento curto da história onde o povo foi às ruas pedir que as Forças Armadas pudessem salvar nosso País. Então, um abraço muito especial a todos os componentes das Forças Armadas – Marinha, Exército e Aeronáutica. Nós temos que contar com vocês, que são muito especiais para garantir a democracia no nosso País. Esta data, 31 de março, é uma data muito especial, e acho que não tem que ser só recordada, mas, sim, comemorada.

Quero falar também aos nossos colegas vereadores que eu tenho notado que, nos últimos dias, estamos trabalhando e trazendo a todos muitas questões de foco nacional, e nós temos que focar mais na nossa cidade. São milhares de pessoas desempregadas, milhares de pessoas que estão sem comida devido ao fechamento do comércio, isso não pode acontecer! Nós temos que continuar com as portas abertas, voltar as aulas, mantendo, sim, o distanciamento social e as determinações da Organização Mundial da Saúde.

Quero trazer à tona também uma reportagem importante que aconteceu agora de manhã, onde o Ministério da Saúde informou que vai mandar as doses da vacina exclusiva para os integrantes da segurança pública, em determinado momento. Fico triste, por óbvio, em função da pandemia, mas fico esperançoso em saber que o Rio Grande do Sul está entre os cinco Estados que mais vacinou, e Porto Alegre passou a ser referência nacional na busca pela vacina e na vacinação dos nossos grupos prioritários. Acho que é hora agora de trabalharmos juntos para Porto Alegre sair da crise, não é hora de rivalidades, é hora de se pensar no coletivo, na nossa cidade, nas pessoas que moram em Porto Alegre. Muito obrigado, vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Bobadra.

Vereador Leonel Radde (PT): O projeto de vacinação dos servidores da segurança pública e áreas essenciais é meu; não é nem na Nádia nem do Bobadra, o que vai ser votado segunda-feira aqui na Câmara de Vereadores. Esse projeto só vai ser votado na Câmara de Vereadores porque o Presidente Bolsonaro, o governo federal, não colocou esses agentes na ordem de prioridades, o que é uma vergonha. Só isso.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 119/21.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Minha fala é rápida, quero cumprimentar o Ver. Mauro Pinheiro por essa iniciativa; todas as falas ouvidas, realmente queremos a vacina para todos os essenciais, e para todos. Ela deverá chegar e assim minimizar tantos problemas que estamos passando, tanto de saúde como da área do comércio, de outros estabelecimentos. Realmente, essenciais, são muitas categorias, eu ainda acrescentaria mais, mas minha fala é rápida para podermos ir logo à votação deste requerimento do Ver. Mauro.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 119/21.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Boa tarde, Presidente; boa tarde, vereadores e vereadoras; boa tarde, pessoal que nos assiste. Eu quero me juntar ao amigo Ver. Mauro Pinheiro e quero contribuir. Nós também temos que nos preocupar com esse pessoal que trabalha na área dos serviços, o pessoal do DMAE, o pessoal que está na rua sempre, está na linha de frente, mexendo em água, esgoto, sempre em contato com o vírus, eles estão em risco. O pessoal do DMLU, o pessoal que faz a coleta seletiva do lixo, o pessoal que faz a coleta orgânica, a gente tem que se preocupar com esse pessoal. Quanto ao resto, já foi conversado bastante também. Pode contar com a gente, a bancada do PSDB está contigo. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Gilson Padeiro.

Vereador Alexandre Bobadra (PSL): Presidente, eu coloquei no grupo dos vereadores – eu acho que o Ver. Leonel Radde se enganou – uma reportagem do Correio do Povo: o próprio vice-governador hoje colocou nas redes sociais que o governo federal, o Ministério da Saúde, subordinado ao Presidente Jair Bolsonaro, quer

mandar doses específicas para os profissionais da segurança. Eu acho que ele não entendeu, só queria registrar. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Diretor, temos mais alguma inscrição?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não há mais inscrições, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passemos à votação.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Comandante Nádia, o Requerimento nº 119/21. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 33 votos **SIM**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o Requerimento nº 119/21. Parabéns, Ver. Mauro Pinheiro.

Vereador Alvoní Medina (REP): Votei “sim”. Devem ser incluídos os agentes funerários, que também são prioridade.

Vereadora Daiana Santos (PCdoB): Meu voto foi “sim”, lembrando que é responsabilidade do governo federal vacinar todas as pessoas. Vacina já para todas e todos, realmente, sem a gente ter que fazer esse tipo de priorização.

Vereadora Karen Santos (PSOL): Eu votei “sim”, por mais que seja só uma moção de repúdio. Fora, Bolsonaro.

Vereadora Mari Pimentel (NOVO): Votei “sim”. E gostaria de colocar um adendo para a inclusão, também, nos serviços essenciais, da educação. A Ver.^a Cláudia Araújo já passou a educação como serviço essencial no nosso Município, e deve ser considerada também como serviço essencial nesta moção. Então, gostaria de colocar esse adendo aqui na minha fala.

Vereadora Reginete Bisbo (PT): (Problemas na conexão.) ...Nas categorias, que fossem incluídas ali as trabalhadoras domésticas, as primeiras grandes vítimas da Covid-19 no Brasil.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Nós temos 19 Frentes Parlamentares. Se não houver nenhum destaque, nós poderíamos votar todas em bloco.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, poderíamos, precisamos do acordo dos líderes apenas.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Consulto se há alguma manifestação em contrário de alguma liderança.

Vereador Alvoni Medina (REP): Eu só registraria o meu voto contrário às frentes nºs 11, 12 e 19, Requerimentos nºs 085, 091 e 110/21, respectivamente.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Presidente, poderia ler a lista de todas as frentes? Para votar em bloco, são muitas.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Eu creio que, reforçando o que nós falamos hoje na reunião de líderes, a única objeção feita foi trazida pelo Ver. Robaina quando falava na Frente da Mônica, Requerimento nº 120/21, que, claro, vai ser aprovada, mas tem alguma restrição; então ela teria algum destaque, poderia separar somente a da Mônica. As demais, eu concordo em fazer em bloco.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente, na reunião de lideranças, eu expliquei para a Ver.^a Monica, eu sei que o objetivo dela não é um objetivo de fazer polarização à toa, mas eu acredito que a Frente dela não seja uma Frente correta, e eu expressei o meu desejo de não acompanhar. Então isso pode ser feito com a manifestação individual ou pode ser feito com a votação separada. Eu vi que o Ver. Alvoni Medina expressou simplesmente seu posicionamento individual, então eu faria o mesmo, no caso, e não precisaria separar, se for o caso, a votação em relação à Frente da Ver.^a Mônica, que eu respeito muito, e ela sabe disso.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem. Por enquanto, nenhuma liderança se opondo ao bloco que seria formado por todas as Frentes.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Sr. Presidente, o Ver. Idenir Cecchim não está, e eu sou vice-líder, então eu quero, sim, a leitura de todas as frentes, porque eu não posso votar em bloco.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Feitos os registros, podem se manifestar e, na sequência, o diretor pode ler uma por uma.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Presidente, tem uma questão que é importante, que é o seguinte: as do bloco, só tem voto “sim” e voto “não” para todo bloco. Então, essas moções que os vereadores estão referindo e desejam votar contra teriam que ficar fora do bloco, separadamente.

PRESIDENTE MARCIO BINS ELY (PDT): Está bem.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): À exceção do próximo projeto, que é o da Ver.^a Mônica Leal, e o Ver. Roberto Robaina fez uma bela fala, nesse sentido, depois

desse, o próximo, nós podemos votar todo em bloco, sim, parece até adequado que votemos assim. Depois do próximo, e a Ver.^a Mônica que é uma pessoa inteligente e conhece as nossas posições, obviamente vai compreender, temos divergências respeitadas, mas com relação a todos os outros requerimentos, de Frente, enfim, me parece adequado que votemos, sim, em bloco, “sim” ou “não”.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Sim, obrigada, Presidente. Eu só quero lembrar aos colegas mais novos aqui que tem certos ritos aqui na Casa, que a gente acaba, por uma cordialidade com os outros vereadores, não tentando impedir o que o vereador quer fazer, assim que funciona, com moções, sessões solenes, comendas, títulos de Porto Alegre, e isso vale também para as frentes parlamentares. A frente parlamentar diz respeito muito ao vereador que deseja trabalhar aquela pauta que não vai ser trabalhada numa comissão ou que, mesmo trabalhada numa comissão, este vereador gostaria de esmiuçar um pouco mais essa pauta. E até hoje nós votamos as pautas das frentes parlamentares todas em bloco. Neste momento, a gente vê alguns vereadores querendo dissociar essas frentes parlamentares, dizendo: essa não voto, essa, sim. Então, só para relembrar aos colegas que a pluralidade desta Casa faz com que a gente também respeite aqueles que querem trabalhar uma pauta ou não. Assim sendo, daqui a pouco pode passar alguma pauta aqui de alguma frente que não me interesse, e eu também não queria em bloco; para que a gente possa fazer separado, e até me arrependo de ter votado em bloco outras frentes que não dizem respeito a mim, mas, por respeito ao que algum vereador quer trabalhar, foi aprovada em bloco, e não teve problema nenhum de minha parte. Agora, vejo o vereador do PSOL fazendo essa diferenciação...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vou pedir o acordo ou desacordo dos líderes.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): O.k. Se não tiver acordo do bloco todo, eu não vou querer também.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Para formar blocos, precisamos da unanimidade dos líderes.

Vereador Claudio Janta (SD): Presidente, além dessa questão que já foi levantada aí, nós temos mais duas, três frentes que podem ser dúbias, até. Eu acredito que a gente vote em bloco; ou não. Eu queria saber informação de duas frentes que tiveram grandes discussões. Primeiro, como ficou a questão da Frente Parlamentar do 4º Distrito, se houve acordo entre o Ver. Mauro Zacher e o Ver. Ramiro Rosário. Segundo, a Frente Parlamentar do Centro Histórico, se houve acordo entre o Ver. Moisés Barboza e o Ver. Alexandre. Eu acho que, se nós vamos votar, vamos votar em bloco, e cabe ao vereador criar a Frente, ele que vai trabalhar, quem não for contra participa ou não participa. Agora, se nós vamos começar a discutir, eu quero discutir todas.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Lembrando que nós estamos consultando os líderes se estão de acordo, ou são contrários à votação em bloco. Não estamos discutindo mérito de... (Pausa.)

Bom, tendo em vista que não há acordo, a pergunta da Ver.^a Lourdes, acho que não há necessidade de ler uma por uma, não é vereadora?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Presidente, eu só gostaria de fazer um registro, relativamente à questão da Frente do Centro Histórico, que, na verdade, apesar de o Ver. Alexandre Bobadra ter protocolado, o Ver. Moisés Barboza desarquivou antes do protocolo do Ver. Bobadra, uma iniciativa dele que já vinha de outro ano. Então, de fato, a moção do Ver. Bobadra, caso eles não tenham feito um acordo entre si, ela fica prejudicada.

Só para orientar os trabalhos: primeiro, nós temos que ter o acordo de todos os líderes em relação às Frentes que vão ser votadas. Pelo que percebi, os destaques, as discordâncias se situam nas Frentes 02, 11, 12 e 19. Me parece que esses são os registros que temos até agora.

O Ver. Bobadra observou aqui que não entendeu. Vereador, é o seguinte: existem várias Frentes que provinham de legislaturas anteriores, e, no final da legislatura, todas são arquivadas. E aí, para que não exista na nova legislatura, nós temos duas possibilidades de prioridades: ou o vereador protocola uma nova Frente primeiro, ou o vereador que requer o desarquivamento de uma Frente já existente antes. E aí realmente nós fomos conferir e, de fato, o Ver. Moisés solicitou o desarquivamento antes do seu protocolo, aí ficaria, nesse particular, prejudicada.

Vereador Alexandre Bobadra (PSL): Qual a frente Luiz Afonso?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É a Frente do Centro Histórico, do Ver. Moisés Barboza.

Vereador Alexandre Bobadra (PSL): Não. Eu sou morador do Centro há 40 anos, minha família tem loja no Centro, e a nossa Frente não é do Centro Histórico, é dos moradores e dos lojistas, uma Frente específica. Não tem nada a ver com a Frente do Ver. Moisés, é outra Frente, outra pauta.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem, mas nesse caso, vamos ter que enfrentar essa situação na questão da prejudicialidade, o que não é o debate aqui, vereador. Tenho que garantir a palavra à Ver.^a Fernanda Barth, que já estava inscrita.

Vereadora Fernanda Barth (PRTB): Presidente, o Ver. Robaina tirou a objeção. Eu acho que, por uma questão de respeito à história de cada vereador, de onde veio, quem são os seus eleitores, todos têm o direito de trabalhar as Frentes que quiserem. Eu não preciso gostar da Frente de alguém para votar quem tem direito de

representar a Frente. Então, eu acho que, se o Ver. Robaina retirou a objeção, nós deveríamos rever e votar em bloco.

Vereador Comandante Nádia (DEM): Tenho acordo, Presidente, de todos os partidos que vamos passar batido, que Frentes Parlamentares dizem respeito aos vereadores, e eles têm toda autonomia. Eu dou acordo para que sejam votadas em bloco, todas.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Anteriormente, nós havíamos tido a informação, na reunião de líderes, que o Robaina teria dado essa objeção do projeto da Mônica. Mas agora em função de que temos muitas Frentes, e todos nós podemos ter assento nas Frentes para podermos fazer esse debate, eu acho que está claro, agora, o Robaina retirando essa objeção, nós podemos fazer em bloco. O PT dá acordo para fazer em bloco.

Vereador Alvoni Medina (REP): Podem votar em bloco, mas só que as que eu falei que eu não concordo, que é a 11, a 12 e a 19. As Frentes Parlamentares deles podem discutir como quiserem, é um direito deles, só que eu não concordo.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem. Mas o senhor entendeu que o senhor vai ter que votar, ou vota a favor ou vota contra tudo. Com certeza, o senhor não tem problema nenhum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Presidente, só um detalhe. Quando um líder não dá o acordo - tem que ser unânime, de vários blocos, se eventualmente, um líder, como o Ver. Alvoni está registrando que não tem acordo para votar em bloco a 11, a 12 e a 19, de fato, essas teriam que ser votadas em separado; conforme o bloco. Não pode votar o bloco todo, e votar contrário uma dentro do bloco, porque o bloco é exatamente um bloco, é uma junção. Então, essas três aí, teríamos que retirar.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Quero dizer o seguinte: que acredito na formação do bloco e me posiciono exatamente no sentido que se posicionou a Ver.^a Fernanda Barth. Na verdade, nós temos a possibilidade de encaminhar essas Frentes, depois, cada um de nós pode, de uma forma ou de outra, participar, e até se somos contra o tema, poderemos nos posicionar como voto discordante na própria Frente. Eu vejo que o Ver. Alvoni fala que não dá acordo na 11, 12 e 19. Então, vamos retirar essas três e votamos as outras – eu não sei do que tratam as moções 11, 12 e 19, a que o Vereador se coloca contrário. Eu, particularmente, entendo que a Frente é uma posição e uma proposição de cada vereador, e cada vereador tem a sua base, a sua forma de olhar as coisas, e ele pode apresentar a formação dessa Frente Parlamentar, até porque, eu, como vereador, tenho o direito de participar ou não, se discordo participo, ou, talvez, não participo. Então, poderia se votar todas num bloco só, mas, se o Ver. Alvoni

manter a sua proposta, nós podemos fazer dois blocos ou um bloco e depois votamos, uma a uma, as outras três proposições. Essa é a minha posição aí. No mais, eu sou favorável ao bloco.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver. Alvoni, o vereador mantém a proposição? Não retira?

Vereador Alvoni Medina (REP): Continuo com a mesma opinião. Pode-se fazer em dois blocos, essas três em separado e as demais, eu sou favorável.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Já tem vereadores que se manifestaram que não concordam, então, não vamos conseguir evoluir. Vamos ter que votar um por um. Diretor, então, agradeço as manifestações, já está compreendido, e vamos passar para o próximo item que é a Frente Parlamentar da Ver.^a Mônica Leal. Por gentileza, se o senhor puder proceder com a leitura.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Ver.^a Lourdes está querendo fazer algum registro.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Se fosse retirar, eu também pediria para retirar a 16 - Requerimento nº 091/21 - e votar em separado... (Problemas na conexão.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Já está retirada, nós vamos votar uma por uma.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Só para lembrar, Sr. Presidente, no art. 237-A do Regimento, as Frentes Parlamentares devem ser de interesse local. Então, essa 16 - o Requerimento nº 091/21 -, eu não entendo como sendo de interesse de Porto Alegre.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem. Não conseguimos construir o acordo de líderes, então, votaremos uma por uma. Por gentileza, diretor, passemos à primeira.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, só me permita um pequeno registro antes, é que eu acabei me lembrando que o Ver. Bobadra protocolou uma outra Frente Parlamentar.

Na verdade, ele tinha uma outra frente inicial que batia com a do Ver. Moisés, mas eu me lembrei que nós conversamos, e o Ver. Bobadra protocolou uma outra Frente; essa, de fato, é diferente.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 120/21 – (Proc. nº 0328/21 – Ver^a Mônica Leal) – requer a constituição da Frente Parlamentar sobre os Possíveis Benefícios do Tratamento Precoce no Combate à Pandemia de Coronavírus no Município de Porto Alegre. (SEI 038.00023/2021-20)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 120/21. (Pausa.)

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Sr. Presidente, vereadoras, vereadores; nós, da oposição, nos manifestamos que, inclusive, não teríamos problema de incluir este projeto da Ver.^a Mônica no grupo de projetos, ou seja, todos que deveriam ser votados com “sim” ou com “não”. Então, quero dizer que houve muito boa vontade nossa nesse sentido. Com relação ao projeto especificamente, eu quero dizer que tenho o maior respeito pela Ver.^a Mônica, além da amizade. Ela sabe da nossa posição, e também eu sei que ela não quer criar com isso uma espécie de, entre aspas, descumprimento de ordem judicial, claro que não. Mas nós temos uma posição que, aliás, é referendada pela Organização Mundial da Saúde, que, aliás, é referendada por toda comunidade científica mundial e nacional de que não existe o tratamento precoce, particularmente, com esses remédios – hidroxicloroquina, cloroquina, ivermectina, enfim -, que enganaram muita gente durante algum tempo e agora até fizeram vítimas fatais em Camaquã. A médica que prescreveu ali a nebulização com hidroxicloroquina, ela foi afastada do hospital, vai responder processo talvez por homicídio, pelo menos, culposo. Então, é uma situação muito grave essa do tratamento precoce. Sei que a intenção da Ver.^a Mônica é um outro tipo de debate, mas esse debate está dentro da ideia do tratamento preventivo. Portanto, não há como, e a Ver.^a Mônica que nos perdoe, mas não há como votar a favor. Nós temos que votar contra a criação dessa Frente pelo seu mérito, porque ela não entra no conjunto, porque não houve concordância de alguns vereadores, basicamente, o Ver. Medina, que se votasse as Frentes todas elas em conjunto. Sendo assim, no caso de uma por uma, e essa que nós estamos votando, o nosso encaminhamento é pelo voto contrário à criação da Frente, ou seja, votar “não”. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 120/21.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente, na verdade, eu fiquei preocupado pelo seguinte, porque eu tentei fazer uma questão de ordem há algum tempo e não me foi passada a palavra. Eu não sei agora, porque pode ser que ela já esteja prejudicada de modo irreversível, porque se pode fazer, eu queria insistir no tema dos blocos, porque a Ver.^a Nádia colocou o tema - eu concordo muito poucas vezes com a Ver.^a Nádia, ela sabe disso, não é uma questão desrespeitá-la, é que a gente tem realmente ponto de vista, posições muito separadas, muito divergentes -, mas quando ela levantou a questão da tradição da Câmara, eu aceitei. Por que eu estou dizendo isso? Porque eu senti depois que o Ver. Medina, ele queria simplesmente marcar sua posição política. Ela não ia ser registrada como votação, mas era uma posição política. Eu não vi ele fazendo o encaminhamento da votação separado. E aí nós começamos a fazer a votação em separado. Eu estava querendo fazer uma questão de ordem, talvez ela já seja prejudicada, mas eu estou requerendo e estou apelando ao Presidente, ao plenário, de uma certa forma, por quê? Porque eu acho que vale a pena a gente realmente esclarecer isso. Porque, se é uma tradição, a gente explica que é uma tradição e a gente vai consolidar essa tradição, o que não quer dizer que excepcionalmente não possam ocorrer divergências e talvez seja o caso do Ver. Medina e ele realmente queira votar em separado. Mas eu creio que seria útil haver um esclarecimento sobre isso, porque foi nesse espírito que eu abri mão de um destaque, justamente, para que a gente consolide essa compreensão. Claro, se ela não for consolidada e se essa questão de ordem já for extemporânea, paciência, mas, como eu não consegui falar antes, eu queria igual registrar essa minha posição. Não sei se é o caso, se é possível.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 120/21.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Eu tenho acordo com o Robaina e vou votar “sim” em todas as Frentes, só para comunicar, não vou falar em todas as Frentes, mas comunicar que eu votarei “sim”, mesmo discordando, porque eu acredito que existe uma tradição nesta Casa, e nós devemos cumprir com essa tradição. Então, é só essa mensagem que eu queria passar. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 120/21.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Quero fazer aqui um elogio ao Ver. Robaina e ao Ver. Leonel Radde. Acho que é a primeira vez em três meses que eu quero elogiar a postura dos dois... (Problemas na conexão.) ...reconhecer, que isso é construção. Isso é trabalhar por Porto Alegre. A gente não vê acontecer, por

exemplo, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, esses debates acalorados que nós temos aqui. Acho que foi um gesto muito bonito do Ver. Leonel Radde, do Ver. Robaina também, eu acho que este é o caminho, a construção, caminharmos juntos e olharmos para frente em prol de quem mora em Porto Alegre. Parabéns aos dois colegas vereadores, parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o Requerimento nº 120/21. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM** e 06 votos **NÃO**.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Faço uma declaração de voto na medida em que nós não estamos votando aqui impedindo a compra ou não da cloroquina. Estamos votando a constituição de uma frente parlamentar, que vai abrir uma discussão sobre o tema ora tão questionado. Eu espero, e a Ver.^a Mônica sabe disso, que a comunidade científica possa, vamos dizer assim, dar maior esclarecimentos de convencimento sobre esse tratamento. Não vou aqui obstruir uma iniciativa da vereadora como todos os demais que têm iniciativas. A nossa bancada tirou posição favorável à iniciativa da Ver.^a Mônica. Votei “sim”.

Vereador Alexandre Bobadra (PSL): Acho que prestigiando aí a teoria, o princípio da observação clínica, onde milhões de pessoas estão utilizando esse medicamento, estatisticamente, está fazendo efeito na grande maioria das pessoas, o meu voto foi “sim”. Acho importante esse tema ser debatido aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Parabéns à Ver.^a Mônica.

Vereador Cassiá Carpes (PP): A Ver.^a Mônica traz essa possibilidade do debate, discutir muito esse tema e assim fará com que muitos que concordam e praticam se manifestem, porque se manifestam, fora dessa frente, quem sabe, muito pouco. E assim fica claro que existe o pró e o contra. Votei “sim”.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Votei “sim” a toda e qualquer frente parlamentar, e cada vereador tem a responsabilidade do tema e sabe por que está fazendo essa discussão.

Vereador Claudio Janta (SD): Olha, nós estamos vendo aí há um bom tempo um debate se um *kit* com os remédios, a cloroquina, a ivermectina, a azitromicina, todos esses negócios ajudam ou não. Nós estamos dando a chance de trazer para dentro da Câmara de Vereadores os cientistas, os estudiosos e nós tirarmos uma posição clara. Eu acho que essa questão não é ideológica, essa questão não é de direita ou de esquerda; é uma questão de ciência, é uma questão na qual nós, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, pode ser pioneira ao discutir um tema que hoje divide o

Brasil. Médicos receitam, médicos dizem que não, então, nós vamos trazer os especialistas para dentro da Câmara, e eu acredito que será uma frente, nesse período, de extrema importância, e eu votei “sim”.

Vereadora Daiana Santos (PCdoB): Com todo meu apreço à Ver.^a Mônica Leal, eu votei “não”, porque já é comprovado... A gente precisa considerar a ciência.

Vereador Jonas Reis (PT): Então, meus colegas, quero fazer aqui uma declaração de voto para explicar por que eu votei “sim” dessa vez. Eu votei “sim” porque a vereadora quer debater o tema. É um tema polêmico na sociedade, é um tema em que temos posições científicas, posições de lideranças políticas, e eu acho que esta Casa tem que ser um espaço de debates. Tentar tolher qualquer debate aqui não é salutar para a democracia e para o avanço da construção coletiva numa sociedade melhor. Então, a minha indicação é sempre votar “sim” para que os temas sejam debatidos. Não se trata de nenhuma forma, aqui, que este Ver. Jonas Reis defenda tratamento precoce ou não. Não defendo, defendo vacina, mas defendo, sim, o direito de que seja debatido esse tema na Câmara de Vereadores. Essa é a minha posição. E assim vai ser em qualquer tema que for colocado aqui para a criação de frente parlamentar, porque este é o dever do parlamentar: debater o que a sociedade quer, seja para construir uma discussão ou para tirar com mais nitidez uma posição. Acho que este é o espaço e deve ser respeitado. Acho que nenhum de nós deve tentar tolher os outros colegas.

Vereador Leonel Radde (PT): Apesar de saber que não existe tratamento precoce, mas respeitando a tradição, inclusive concordando com a Nádya, com a Barth, com o Bobadra, e em respeito também à Mônica, eu votei “sim”.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Votei “sim” para oportunizar o debate, tendo em vista que é um tema muito polêmico, para dar oportunidade para quem se sente protegido por esse tratamento e também para quem entende que não.

Vereadora Mônica Leal (PP): Eu quero exteriorizar a minha satisfação de constatar que os meus colegas entenderam qual é o meu objetivo, que é justamente este: trazer para debate, visto que tem médicos e cientistas a favor e contrários. O Janta tem toda razão. A nossa Casa, a Câmara de Vereadores da Capital do Rio Grande do Sul, será pioneira em fazer um debate desses. Nós não podemos tratar o tema como um tabu. Então, muito obrigada e eu votei “sim”.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Eu tenho, já fiz referência no encaminhamento da votação, o maior respeito pela Ver.^a Mônica e admiração pelo seu trabalho, mas, nesse tema específico, temos uma profunda divergência, e eu votei “não”.

Vereadora Reginete Bispo (PT): Embora os comitês científicos, a Organização Mundial da Saúde, que é a maior instância na área da saúde no mundo, tenha afirmado que não existe tratamento precoce para a Covid-19, mas se esta Casa precisa de mais esclarecimentos, e é necessário o debate, então, respeitando a tradição de aprovar as frentes, eu acompanhei o voto da bancada e votei “sim”.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão: existe uma série de outras frentes, e me parece que não há desacordo em relação a elas, então, embora votadas individualmente, talvez pudesse haver um acordo para que elas sejam votadas de forma simbólica.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Votando uma por uma é que vamos saber.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Isso. Mas é essa a ideia.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Até quem deu acordo pediu votação nominal, Diretor, então vamos seguir no passo a passo que é melhor. Pode proceder com a leitura, por favor.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretoria Legislativa): Exatamente isso. É uma a uma, mas a sugestão era para ver se poderíamos fazer a votação simbólica. (Procede à leitura do Requerimento nº 106/21.)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 106/21 – (Proc. nº 0256/21 – Ver. Moisés Barboza) – requer a constituição da Frente Parlamentar de Desenvolvimento Hidroviário do Lago Guaíba. **(SEI 036.00011/2021-05)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 106/21. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): O meu encaminhamento depende muito do que disser o autor dessa frente e quais são suas intenções para ela. Eu não conheço o conteúdo e posso inclusive votar “sim”. Aliás, é minha propensão, mas eu gostaria de saber. Eu queria ouvir o encaminhamento do autor para poder registrar meu voto. Eu sei que aqui não há nenhum acordo de oposição sobre esse requerimento, não

há debate nosso no sentido de fechar questão, não há nada, mas eu, pessoalmente, gostaria de ouvir o autor sobre o projeto. É um favor que eu peço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 106/21, como autor.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Presidente, estou saindo duma consulta, peço desculpas, mas eu estou fazendo um *check-up* com a Dra. Ângela, pneumologista, após os 30 dias da alta. Eu estou me deslocando agora para a Câmara, ouvi o Ver. Pedro Ruas e quero lhe dizer que a frente que eu apresentei segue o mesmo trâmite que as outras frentes apresentadas. A gente quer debater amplamente com a sociedade, com os colegas, nossa intenção de incentivarmos o transporte de hidrovia, que é um meio de transporte utilizado no mundo inteiro, com cinco vezes menos custos e também com menos poluente. Estamos propondo algumas alterações que nos parecem necessárias no Plano Diretor para que haja pontos de acesso, com a participação da Secretaria do Meio Ambiente, técnicos, responsáveis, para que no futuro, por que não, nós possamos ter mais facilidade para que as pessoas possam se deslocar para o Centro, para a Restinga, para vários lugares, inclusive, de município para município com mais facilidade. Ou seja, é uma frente para debater e para que todos nós aprendamos sobre isso, com várias pessoas que serão convidadas, inclusive Vossa Excelência, para fazer esse debate à luz da sociedade. E quero pedir desculpas aos colegas porque, realmente, estou só agora em deslocamento para a Câmara. E agradeço ao Vice-Líder, Gilson Padeiro, pois estava em consulta médica. (Problemas na conexão.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Comandante Nádia, o Requerimento nº 106/21. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 32 votos **SIM**.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Eu quero agradecer ao vereador, autor da proposta. Eu sou o autor da lei que vigora em Porto Alegre, que criou o transporte hidroviário de passageiros, e que jamais foi implementada. Mas eu queria saber o conjunto da ideia do vereador. Pareceu-me muito positiva, e eu vou votar “sim” e essa proposta.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 121/21 – (Proc. nº 0332/21 – Ver.^a Mari Pimentel) – requer a constituição da Frente Parlamentar Escola para o Futuro. (SEI 211.00029/2021-85)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Comandante Nádia, o Requerimento nº 121/21. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 33 votos **SIM**.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Eu queria fazer um apelo à Ver.^a Nádia, que está pedindo votação nominal, para votarmos sem ser nominal, aí agiliza os trabalhos.

Vereadora Mari Pimentel (NOVO): Gostaria de agradecer o voto de todos os vereadores, essa frente é muito importante para a educação das nossas crianças. Gostaria também de aproveitar este espaço para agradecer a todos os que estão se sensibilizando com a abertura dessa frente.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Eu requeiro que o Presidente siga o Regimento, como costuma fazer, aliás. Não existe um requerimento de votação nominal para todos os requerimentos ou projetos, assim como não há um voto “sim” ou “não” para todos, tem que ser em cada um. Então, eu requeiro que os projetos seguintes sejam votados simbolicamente, praticamente não há divergência. Quando houver necessidade, o Presidente consulta, aí o vereador, caso a caso, pede nominal, mas, como regra, o voto é simbólico. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Cumprimentos, está aprovada a frente parlamentar.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Na verdade, é uma questão de ordem e encaminhamento, porque eu reitero o que disse: a regra de requerimentos é a votação simbólica. Claro que, em algum requerimento específico, a vereadora ou o vereador pode pedir nominal, não é problema, mas V. Exa. é que vai botar em votação e vai perguntar “há pedido de votação nominal?”. Se ninguém disser, vai ser simbólico, só isso. Nós temos aqui vários projetos em que, provavelmente, não vai haver divergência alguma, e, se houver, não há problema também que se peça nominal, mas caso a caso, não pedir lá no início da sessão e vai valer para a tarde inteira, caso a caso, é isso. Como voto, voto não pode ser “sim” ou “não” para todos os projetos, tem que ser caso a caso.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem, Ver. Pedro Ruas, obrigado.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Eu acho que nessa linha, mais ou menos, nós temos aqui, pelo meu esboço, várias frentes do Ver. Alvoní Medina. Eu não vejo nenhuma resistência, esse bloquinho já se poderia votar ou passar direto sem discussão, não precisaria ser nominal. Vamos ser inteligentes, senão vamos ficar a tarde inteira aqui.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Só para esclarecimento, Ver. Cassiá e demais vereadores: na verdade, nós fizemos uma retificação da priorização, porque, embora o Ver. Alvoní Medina tenha protocolado essas frentes, nós constatamos que ele já tinha essas três na legislatura passada. Nós encaminhamos no sentido de que fossem desarquivadas, e já o foram, então essas frentes não são prejudicadas, nós inclusive retiramos uma retificação que nós mandamos ao meio-dia para os vereadores. Então as frentes do Ver. Alvoní estão retiradas.

A Ver.^a Comandante Nádia faz um registro aqui, parece importante, Sr. Presidente, em que ela disse que solicitaria caso a caso.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Diretor, só uma questão de ordem minha na prática. Na realidade, a minha assessoria, em vez de desarquivar as minhas frentes, ela protocolou o requerimento de abertura de frentes como se elas fossem novas, mas elas são antigas também.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É caso de desarquivamento, então essas também não têm necessidade de serem votadas.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Na verdade, formalmente, elas não foram desarquivadas, elas foram rerepresentadas, mas se é possível fazer essa conversão...

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Acho que sim, a gente registra um pedido de desarquivamento delas, e aí não há necessidade de serem votadas de novo.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Teria que contar o prazo todo de novo, diretor?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não tem prazo, só desarquiva, sai funcionando.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): (Problemas na conexão.) ...a doação de órgãos e de sangue e o cooperativismo são frentes antigas minhas, com que eu venho trabalhando há anos. Então não precisa entrar em votação, não tem necessidade.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Eu só vou pedir, Sr. Presidente, que peça para a sua assessoria encaminhar para um dos *e-mails* da diretoria a solicitação de desarquivamento, porque nós temos que registrar no processo.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 025/21 – (Proc. nº 0041/21 – Ver. Aldacir Oliboni) – requer a constituição da Frente Parlamentar Homens pelo Fim da Violência Contra a Mulher. **(SEI 021.00013/2021-09)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 025/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Parabéns, Ver. Oliboni, aprovada a frente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 026/21. (Pausa.)

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Presidente, assim como outros colegas não entenderam o propósito de algumas frentes que antecederam a essa, eu também não entendo o propósito dessa frente parlamentar em defesa da Estratégia Saúde da Família e de seus profissionais. O que pretende essa frente, o proponente poderia dizer para nós?

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Presidente, nobre diretor Luiz Afonso, esta frente já existe há quatro anos, já estamos atuando nela há quatro anos. Eu não sei por que ela está aqui no plenário, era só para desarquivar.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Vereador, houve algum equívoco da nossa parte. Vamos retirá-la da votação.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Não te preocupa, Nádia, essa frente discute a política da Atenção Básica em Porto Alegre, que inclusive tem contribuído muito, não só para os trabalhadores, como com esclarecimentos para o governo na ampliação desse atendimento da Atenção Básica. É algo importante para cidade.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Ver. Oliboni, a assessoria registra que falta o pedido de desarquivamento; o senhor pode pedir, por favor, que sua assessoria mande para um dos *e-mails* da DL a solicitação de desarquivamento, aí não haveria necessidade de votar, a não ser que o senhor deseje. Não precisaria passar pelo processo de votação.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): *O.k.* Como é um critério para as demais, acho que há unanimidade aqui, é uma frente que já existia e nós temos esse reconhecimento histórico aqui na Casa. Eu fico pelo que é orientado pela DL.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Nós orientamos que, em havendo frente e o autor estando no exercício do mandato, é mais produtivo, do ponto de vista da economia processual, desarquivar-se a frente anterior. Então retiramos esta, vereador. Portanto, o Requerimento nº 026/21 está retirado da priorização.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 069/21 – (Proc. nº 0141/21 – Vers. Ramiro Rosário e Mauro Pinheiro e Ver^{as} Fernanda Barth e Cláudia Araújo) – requer a constituição da Frente Parlamentar do 4º Distrito. **(SEI 197.00015/2021-13)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 069/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Cumprimento os vereadores Ramiro Rosário, Mauro Pinheiro, Fernanda Barth e Cláudia Araújo.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 085/21 – (Proc. nº 0178/21 – Ver. Jonas Reis) – requer a constituição da Frente Parlamentar em Defesa da Escola Pública, Plural, Democrática e Cidadã. **(SEI 210.00093/2021-67)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 085/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO,** com a contrariedade dos vereadores Alvoní Medina e Comandante Nádia.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 091/21 – (Proc. nº 0193/21 – Ver. Leonel Radde) – requer a constituição da Frente Parlamentar em Apoio ao Povo Cubano. **(SEI 208.00069/2021-31)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 091/21. (Pausa.) A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Eu gostaria que o autor apresentasse qual o interesse local dessa frente parlamentar aqui em Porto Alegre.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 091/21, como autor.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Eu acredito, vereadora, que nós tenhamos que debater globalmente os aspectos que acabam influenciando inclusive a nossa cidade. Nós temos aqui um grupo que é a Associação Cultural José Martí, e a gente tem que debater a situação de Cuba, as relações que Cuba mantém com o nosso País, as relações de embargos econômicos. Inclusive eu convido os vereadores e vereadoras que têm uma posição contrária ao próprio regime cubano que participem também dessa frente, porque ela é uma frente parlamentar em defesa do povo cubano, não de governos específicos. Eu acredito que seja pertinente esse debate, na medida em que somos todos da América Latina e temos relações com essas localidades. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB) (Questão de Ordem): Presidente, eu estou baseada no art. 237 do Regimento. Nós somos a Câmara Municipal de Porto Alegre, e para isso existem as câmaras de comércio exterior, onde se discutem, se debatem com os países as negociações, os trâmites maiores. Nós estamos em Porto Alegre, eu acho que isso aí ultrapassa, não está dentro do art. 237. Essa é a minha posição. Obrigada.

Vereador José Freitas (REP): Presidente, não abriu o meu microfone na hora de votar. Eu quero acompanhar o meu colega, Ver. Alvoní Medina, e votar contra os Requerimentos nºs 085, 091 e 110/21. Quero que fique registrado, por favor.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 091/21.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Olha, esse povo cubano é tão sofrido, que eu não sei se eles querem discutir a necessidade do povo cubano ou o regime cubano. O regime cubano é uma ditadura, uma ditadura de esquerda. Tem a ditadura de direita e de esquerda, as duas são ruins para mim, eu não concordo. Esse aspecto eu gostaria que o vereador analisasse bem. É um tempo perdido, vou votar contra, porque se for para defender o povo, o povo eles não defendem. Os médicos vieram para cá, mas tinham que mandar o dinheiro lá para o regime cubano, ficaram todos numa dificuldade imensa aqui, o Brasil que tinha que sustentá-los. Nesse aspecto,

não há nenhuma necessidade. É bom debater reuniões com eles aqui, que estão aqui passando momentos melhores do que lá, mas isso não será feito, eles vão querer discutir o regime, que é uma ditadura. Nesse aspecto, já coloco a minha posição, que não vale a pena um debate sem nenhuma possibilidade de ajuda para esse pessoal que... O Brasil já ajuda muito eles, Cuba que tem que ajudar, e o regime tem escravizado eles lá, numa circunstância terrível, milhares saem do País, com imensa dificuldade de se manter. Essa é a minha... (Problemas na conexão.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra.

Vereadora Psicóloga Tanise Sabino (PTB): Presidente, eu só quero registrar que sou contra o Requerimento nº 085/21, do Ver. Jonas, o Requerimento nº 091/21, do Ver. Leonel Radde e o Requerimento nº 110/21, por questões de princípios e valores. Então eu só queria deixar registrado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 091/21.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente; boa tarde, colegas, eu vou ser bem sucinto, eu acho que a Ver.^a Lourdes foi muito feliz em trazer o tema do nosso Regimento, mas para acrescentar, eu vou divergir aqui do Ver. Radde, de que se trata de uma frente para justamente falar sobre o povo cubano e se solidarizar com o povo cubano. Todos nós somos solidários ao povo cubano, mas no próprio documento da frente há uma série de elogios às políticas cubanas e ao governo cubano, que, na minha opinião, é justamente o algoz do povo cubano. Então, eu não consigo ser condescendente com elogios e uma frente parlamentar que, na verdade, coloca no seu título uma coisa, mas no final das contas acaba deixando na sua justificativa, claramente, uma posição favorável a um governo que trata tão mal o seu povo, especialmente num dia como hoje, onde todos nós repudiamos os regimes autoritários, as ditaduras, e não deveríamos, então, estender uma mão amiga, entre aspas, para um regime autoritário como o cubano, na forma de uma frente parlamentar que, a pretexto de ajudar o povo cubano, está fazendo elogios a um governo autoritário. Se nós queremos ajudar o povo cubano e nos solidarizar com ele, deveríamos começar por defender o fim da ditadura em Cuba. Muito obrigado, encaminho meu voto contrário à frente parlamentar.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Leonel Radde (PT): Eu só queria lembrar que, nesta Casa, se o argumento é que nós não podemos debater sobre outros países, nós temos uma Frente

Parlamentar em Defesa de Israel, que eu votei favoravelmente, inclusive, sou um dos signatários. Se o argumento é esse, a gente já tem um precedente em relação a questões internacionais.

Em segundo lugar, eu volto a repetir, eu não sou favorável ao regime cubano da forma como ele está estabelecido, já deixo esse ponto; nós estamos debatendo outros aspectos, agora, também, não vamos demonizar. É isso. Mas, enfim, eu votei favoravelmente, inclusive, à frente que eu discordava, mas eu deixo a critério dos vereadores e das vereadoras.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 091/21.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Vou dividir a minha fala, Presidente, em duas partes: primeira, eu voto e encaminho voto favorável à frente parlamentar proposta pelo Ver. Leonel Radde. Parece-me de todo pertinente, e acho que nós temos, sim, historicamente, um trabalho, e a Associação Cultural José Martí é um grande exemplo, mas muito antes disso já tivemos outros trabalhos até, eu lembro de um coordenado pela vereadora do MDB, Clênia Maranhão, extraordinário, por sinal. Então, voto favorável, sim, e acho muito importante que essa frente exista.

O segundo ponto do meu encaminhamento é mais até uma questão de ordem. Com o maior respeito, eu vi o Ver. José já encaminhar votos para os próximos projetos, mas não é possível, nós não podemos encaminhar, se não deixaríamos agora encaminhados os votos e poderíamos no retirar. Nós temos que votar caso a caso, voto a voto, cada projeto, cada requerimento. Esse ponto é importante, ele serve para uma série de questões, assim como a votação, no caso do requerimento, quando for nominal, ela tem que ser pedida caso a caso e os votos dos vereadores e das vereadoras também têm que ser em cada requerimento. Antecipadamente, eles não têm nem como ser registrados. Então isso eu digo, obviamente, com todo o respeito, mas só para ordenar os trabalhos, no sentido que nós tenhamos, em cada votação, o número de votos computados, dados na hora em que o requerimento é posto na própria votação. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 091/21.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Eu acredito que o Ver. Leonel, na sua manifestação, já explicou, argumentou sobre o projeto em si e a sua proposta. Ver. Leonel, com relação às nossas votações aqui na Câmara, tu já falaste sobre isso, já votamos frentes para Israel, votamos frentes para o povo palestino, votamos uma série de outras frentes, diferentes daquilo que acontece exclusivamente em Porto Alegre, com um cunho mais geral, por isso nós vamos votar favoravelmente.

E peço que votemos favorável, porque é um direito que todo vereador tem de apresentar a sua proposta, e, claro, nós podemos rejeitar ou não, mas acho que votando favorável nós sinalizamos a nossa preocupação com o objeto da proposta do vereador. Um abraço, vou votar “sim”.

(Não revisado pelo orador.)

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Presidente, o que eu escrevi no *chat*, acho que o Ver. Pedro Ruas não leu, é que eu acatei o pedido dele, de que seja, sim, simbólica, e se eu, ou outros vereadores, entendermos que tem que ser nominal, faremos o pedido, em respeito ao pedido do Ver. Pedro Ruas. E dizer para o Ver. Leonel Radde que, na sua justificativa dessa frente parlamentar, ele está dizendo que existem excelentes políticas públicas em Cuba, o que não é verdade.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A senhora está pedindo votação nominal, é isso?

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Sim, solicito votação nominal para o Requerimento nº 091/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Comandante Nádia, o Requerimento nº 091/21. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 16 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o Requerimento nº 091/21. Parabéns, Ver. Leonel Radde.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Na defesa da diversidade do debate e da democracia temos que acompanhar, por isso votei “sim”.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Eu votei “não” porque isso está camuflado, para defender o regime de Cuba.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Como eu já disse, votei “sim” porque cada um é responsável pelas suas proposições.

Vereador Claudio Janta (SD): Votei “sim”, mas quero dizer que se agora vamos começar a politizar e a policiar a frente que um vereador propõe, nós vamos ter que rever todos os critérios para todas as frentes. É necessário um número de assinaturas para ter uma frente, se o vereador obteve esse número, cabe a nós participarmos para que não ocorra o que a gente teme.

Vereadora Daiana Santos (PCdoB): Em defesa da democracia e da pluralidade das ideias, eu apoiei o Ver. Leonel Radde votando “sim”.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Conforme meu encaminhamento, votei contrariamente em solidariedade ao povo cubano.

Vereadora Mônica Leal (PP): Votei “sim” e quero aqui alertar aos colegas que as frentes são de responsabilidade de cada vereador que vai presidir, que vai trazer para o debate. Então, na minha opinião, não dá para a gente ter dois pesos e duas medidas, ou vamos decidir que frentes são para debate e que todos têm o direito a trazer os seus temas, concordem ou não, ou vai ficar difícil.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): A proposta tem mérito e tem uma tradição em Porto Alegre nesse sentido de trabalho. É muito boa, votei “sim”.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): A extrema direita da Câmara de Vereadores, mesmo depois de 60 anos, ainda tem medo da revolução cubana. Aí, no dia 31 de março, eles derrubam a Frente de Solidariedade com Cuba. Eles têm medo pensar que o prefeito de Porto Alegre fez ato em homenagem ao Che Guevara e agora tem como vice-líder do governo uma bolsonarista. Infelizmente, realmente esta votação, misturada com o dia onde vários vereadores homenagearam este golpe de 31 de março, é um desserviço para a democracia e para a Câmara de Vereadores. Evidentemente que votei “sim”.

Vereador Mauro Pinheiro (PL): Votei “sim”, apesar de o Ver. Robaina ter feito todo esse discurso e alguns vereadores de esquerda terem votado “não”, então são dois pesos e duas medidas. Votei “sim” porque acho que é responsabilidade de cada vereador, e todos os vereadores deveriam fazer isso.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Gilson Padeiro registra sua intenção de votar a favor.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 092/21 – (Proc. nº 0199/21 – Ver^a Fernanda Barth) – requer a constituição da Frente Parlamentar de Combate à Violência contra Crianças e Proteção à Infância. **(SEI 212.00029/2021-84)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 092/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 096/21 – (Proc. nº 0209/21 – Vers. Leonel Radde e Aldacir Oliboni) –
requer a constituição da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura. (SEI
208.00055/2021-17)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 096/21. (Pausa.) A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Só quero dizer para aqueles que acham que eu voto contra só por ser de esquerda que esta Frente Parlamentar é maravilhosa e que vai falar em defesa da cultura que é exatamente os que foram os primeiros a fechar por conta pandemia e que serão os últimos a abrir, a cultura, os setores de eventos, enfim, mas principalmente a cultura, essa cultura mais clássica que nós temos que ter aqui em Porto Alegre, uma cultura para os nossos jovens, para que possam conhecer o que há de bom. Então aqui vai uma resposta ao Ver. Leonel Radde, parabéns pela Frente Parlamentar, e dizer para a Ver.^a Bruna Rodrigues que não é bem assim, que projetos inteligentes sempre terão meu voto e frentes parlamentares que tenham alguma coisa de fundamento e que possam vir a colaborar para o crescimento de Porto Alegre sempre terão também o meu voto. Então o meu voto é “sim”. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 096/21, como autor.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Rapidamente, eu creio que a Ver.^a Comandante Nádia deu uma pincelada, nós temos hoje uma série de problemas em função da Covid-19 em todo o País, infelizmente os trabalhadores da área da cultura, do artesanato, do circo, das artes cênicas ficaram desabrigados com o auxílio emergencial, com uma série de políticas e que depois foi necessário o Congresso aprovar uma liberação do Fundo Nacional da Cultura para poder restabelecer os Estados e Municípios. Então são temas muito importantes que, no dia a dia, acabam se estabelecendo e creio que as frentes vão colaborar. A gente sabe que tem as comissões da Câmara, mas percebo que nesta Legislatura os vereadores, onde têm uma certa militância, uma certa importância, e cobrados por esses segmentos, têm militado com mais ênfase e mais atenção; então, o aspecto da nossa frente é neste sentido, poder atender à demanda e interagir com o governo, seja ele municipal, estadual ou federal.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 096/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Parabéns, vereadores Leonel Radde e Aldacir Oliboni.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 098/21 – (Proc. nº 0216/21 – Vers. Hamilton Sossmeier, Alvoni Medina, Mauro Pinheiro e José Freitas) – requer a constituição da Frente Parlamentar Cristã. **(SEI 145.00009/2021-08)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 098/21. (Pausa.) O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Votarei favoravelmente à criação da frente, independente da tradição, mas por respeitar a pluralidade, a diversidade e o direito de cada um escolher a sua religião ou não ter religião, bem como expor ou não a sua sexualidade, enfim, mas o quero dizer com isso é que uma sociedade em um Estado laico se faz, inclusive, respeitando as religiões, respeitando o individualismo de cada um e cada uma. Sempre tive muito respeito pelos colegas vereadores, principalmente da bancada evangélica, inclusive falei isso para o pastor Alexandre Vieira, numa *live* que fiz com ele, dizendo que, nesta Casa, os pastores, que a gente não poderia achar que a intolerância, o fundamentalismo, eram algo vigente em todos os espaços e que, inclusive, nesta Casa, os projetos apresentados pelos pastores, que representavam a população, eram de extremo valor, trabalhando aspectos relevantes da nossa sociedade. Então, realmente fiquei muito triste com o posicionamento colocado aqui, mas espero que seja possível uma nova visão, uma possibilidade de darmos chance ao diálogo, que é o pregava Jesus Cristo – Jesus Cristo era uma pessoa extremamente tolerante, foi uma liderança extremamente relevante, pregava o amor e o respeito à diversidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação Requerimento nº 098/21.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Bom, só para seguir aquilo que tenho dito desde o início – todos nós, vereadores e vereadoras, temos uma possibilidade ou a possibilidade de encaminhar nossas frentes e nossas propostas. A Ver.^a Lourdes falou, com todo respeito, que as frentes são da Câmara e que elas são geridas pela Câmara. A frente, na verdade, é gerida 100% pelos autores, e o Ver. Alvoni

Medina falou sobre a posição do projeto anterior; a Lourdes fala que, na verdade, aquele projeto do Ver. Leonel não seria tema de Porto Alegre. Acredito que também nessa Frente Cristã – eu sou cristão convicto – temos vereadores de todos os matizes. Na posição apresentada pelos vereadores e pelo próprio Alvoni, na verdade, muitos deveriam votar contra. Mas eu volto a registrar que frente parlamentar, cada vereador tem a sua possibilidade, e vou votar favoravelmente. Agora, não podia deixar de fazer esse registro. Na verdade, houve uma resistência sobre um tema que não tem nada a ver com o tema em si, tem a ver com ideologia, basta ver quem votou contra; portanto, respeito, mas voto favoravelmente. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra para encaminhar a votação Requerimento nº 098/21, como autor.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde a todos, Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. O objetivo da criação dessa frente parlamentar não é limitar a adesão de participantes ou apoiadores utilizando a expressão “evangélica”, que faz referência a uma religião apenas, mas, sim, ampliar a visão, buscando, claro, a defesa dos princípios, valores, propósitos – um cidadão que possui posicionamento semelhante acerca de diversos assuntos; por isso o termo “cristã” representa com mais clareza a amplitude do trabalho que nós desejamos realizar com a criação dessa frente parlamentar, respeitando, também, todas as outras frentes, bem como a defesa dos valores que nós entendemos como valores tradicionais da família brasileira, defesa da vida, da liberdade religiosa, direito à propriedade, valorização da bíblia e seus ensinamentos, a defesa do ensino desvinculado de ideologias partidárias, são algumas das pautas, basicamente simples dessa frente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra para encaminhar a votação Requerimento nº 098/21.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB): Presidente Márcio, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu quero parabenizar por essa Frente Parlamentar Cristã - eu vi que alguns vereadores assinaram, eu gostaria de citar aqui: vereadores Alvoni Medina, José Freitas, Mauro Pinheiro, Comandante Nádia, Hamilton Sossmeier, esta vereadora, Giovane Byl e Alexandre Bobadra. Esta é uma frente que considero bem importante – eu sou cristã desde pequena, desde meus cinco anos, na Igreja Evangélica Assembleia de Deus, e fui eleita por essa igreja. Então, considero, sim, um tema pertinente, que a gente está discutindo aí sobre nossos valores e princípios cristãos. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 098/21.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB): Eu quero parabenizar pela formação da frente, deixando registrado aqui que lastimo não ter assinado. Eu, realmente, não vi quando estava aberto para assinatura, senão meu nome também estaria aí; gostaria muito de poder participar dessa frente. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para encaminhar a votação Requerimento nº 098/21.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Muito obrigado, Presidente, também quero manifestar aqui meu pleno apoio, embora não tenha assinado, pelo mesmo motivo da Ver.^a Fernanda Barth, essa Frente Parlamentar Cristã – faço questão de registrar isso e de participar da frente, como luterano, membro da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, desde o batismo, desde bebê, e agora na expectativa de batizar minha filha, recém-chegada, na palavra de Deus. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação Requerimento nº 098/21.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Presidente. Só para cumprimentar o Ver. Hamilton, bem como todos vereadores coautores dessa Frente Parlamentar Cristã pela importância da pauta, independente daqueles que não acreditam ou não são cristãos, sabemos da diversidade que deve ser respeitada. E, como cristã, valorizo os valores da família, dos homens, das mulheres. Essa frente vem exatamente falar a respeito do que nos é mais caro, família, filhos, valores tão esquecidos, infelizmente, nesses últimos tempos. Parabéns, Hamilton e a todos que assinaram essa frente parlamentar.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 098/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Parabéns aos vereadores Hamilton Sossmeier, Alvoni Medina, Mauro Pinheiro e José Freitas.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 103/21 – (Proc. nº 0240/21 – Ver. Hamilton Sossmeier) – requer a constituição da Frente Parlamentar de Apoio à População Indígena. (SEI 145.00011/2021-79)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 103/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Parabéns, Ver. Sossmeier.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 105/21 – (Proc. nº 0255/21 – Ver. Moisés Barboza) – requer a constituição da Frente Parlamentar sobre Pagamento de Serviços Ambientais (PSA). (SEI 036.00012/2021-41)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 105/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Parabéns, Ver. Moisés Barbosa.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 109/21 – (Proc. nº 0259/21 – Ver.^a Cris Medeiros) – requer a constituição da Frente Parlamentar da Economia Solidária. (SEI 228.00002/2021-86)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 109/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Cumprimentos à Ver.^a Cris Medeiros.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 110/21 – (Proc. nº 0274/21 – Vers. Leonel Radde e Aldacir Oliboni) – requer a constituição da Frente Parlamentar pela Diversidade. (SEI 208.00085/2021-23)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 110/21. (Pausa.) O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde a todos, esta frente tem como objetivo o debate da situação da diversidade que abrange as mulheres, a população LGBTQIA+, mas principalmente o debate da situação de miserabilidade, de exposição, de vulnerabilidade dessa população, tanto no mercado de trabalho quanto na violência, na área policial, vamos chamar assim. Então, esse é o objetivo desta frente parlamentar, que tem como principal foco defender, como diz o nome da frente, a pluralidade, a diversidade, e também a vida dessa população. Então, peço o voto aos colegas, vereadores e vereadoras, porque é uma demanda que vem dos próprios movimentos sociais e que vem das pessoas que estão sendo vítimas de diversas situações graves na nossa sociedade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Alvoni Medina, o Requerimento nº 110/21. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM** e 02 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o Requerimento nº 110/21.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Parabéns ao Ver. Claudio Janta pelo seu aniversário. Vereadores Leonel e Oliboni, votei “sim”, pois é uma excelente frente da qual quero participar para conversarmos sobre diversidade.

Vereador Leonel Radde (PT): Votei “sim” e quero informar que o Ver. Moisés Barboza também subscreve esta frente e é um de seus autores.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 124/21 – (Proc. nº 0338/21 – Ver. Alexandre Bobadra) – requer a constituição da Frente Parlamentar dos Moradores e Comerciantes do Centro Histórico. **(SEI 222.00064/2021-93)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 124/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

(A Ver.^a Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 2220/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 222/16, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que obriga os hospitais e os demais estabelecimentos da rede pública de saúde localizados no Município de Porto Alegre a realizar em todos os recém-nascidos o Teste de Triagem Neonatal na modalidade ampliada, com a metodologia de Espectromia de Massa em Tandem (EMT). **(SEI 004.00075/2020-49)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ricardo Gomes: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e do Substitutivo nº 01 (empatado).

Observações:

- com Substitutivo nº 01, do Ver. Márcio Bins Ely;
- com Requerimento de art. 81 da LOM;
- adiada a discussão por duas Sessões em 24-02-21;
- adiada a discussão por duas Sessões em 17-03-21;
- adiada a discussão por uma Sessão em 24-03-21;
- incluído na Ordem do Dia em 08-02-21.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em discussão o PLL nº 222/16. (Pausa.)

Vereador Márcio Bins Ely (PDT) (Requerimento): Tendo em vista que terei uma reunião amanhã com o secretário Mauro Sparta, solicito a retirada do PLL nº 222/16 da ordem de priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h23min.)

* * * * *